

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO
BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SOARES , Carlos Alberto Caroso . Carlos Alberto Caroso Soares (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 35min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

Carlos Alberto Caroso Soares
(depoimento, 2014)

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador: Celso Castro;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro; Priscila Rodrigues Bittencourt;

Local: Natal - RN - Brasil;

Data: 05/08/2014

Duração: 2h 35min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Audiovisual das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre dezembro de 2012 e dezembro de 2015, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros.

Temas: Antropologia; Bahia; Ciências Sociais; Direito; Família; Fundação Nacional do Índio; Golpe de 1964; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Movimento estudantil; Polônia; Universidade da Califórnia; Universidade Federal da Bahia;

Sumário

Entrevista: 5 de agosto de 2014 Origens familiares e infância em Açú, Rio Grande do Norte; lembranças do dia em que houve o Golpe Militar de 1964; ingresso no ensino clássico e envolvimento no movimento estudantil; entrada no curso de Direito, em 1970; abandono do curso de Direito e ida para São Francisco, Califórnia; regresso à Bahia; a conclusão da graduação em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia; o início de seu estudo sobre a questão indígena; a realização do laudo antropológico sobre os Pankararé, com orientação de Pedro Augustinho; a militância pelos direitos indígenas; a trajetória de Pedro Augustinho; a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) durante o Regime Militar; o discurso militar de segurança versus o discurso antropológico sobre os problemas locais; as situação acadêmica na Bahia dos anos 1970; a impossibilidade de realizar a dissertação de mestrado com os Pankararé, por motivo de segurança; o trabalho no pelourinho e a defesa da manutenção da população no local quando de sua restauração; a candidatura à bolsa Fullbright para doutorar-se em universidades norte-americanas; a escolha por doutorar-se na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA); a orientação de Allen Johnson; a impossibilidade de estudo no Raso da Catarina e, posteriormente, na fazenda Boaventura; revisitação de Sharecroppers of the Sertão; mudança de objeto de estudo para o campesinato na Polônia; o trabalho de resumir a tese de mestrado; os impedimentos que inviabilizaram sua ida para a Polônia; nova no objeto de estudo: migrantes poloneses no Pará; a ida à Polônia em 1991 para apresentar seu trabalho e a possibilidade de conhecer de perto a situação camponesa no país; o trabalho conjunto com Allen Johnson e com grupos de estudos na fazenda Boaventura; sua aproximação com a área de Antropologia da Saúde; a figura de Luiz Fernando Duarte; diálogo com a área de Saúde Coletiva; sua participação em um projeto de 12 anos em parceria multinacional; o trabalho com Naomar de Almeida no setor de Saúde Coletiva, para onde se transferiu a fim de abrir uma área de Ciências Sociais e Saúde; o regresso à UCLA como professor visitante; o retorno à Fazenda Boaventura em 2001; o convite de Naomar para participação em um conselho sobre a reabertura do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA; a ocupação do posto de direção do museu em 2004; a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) de 1976 e seu primeiro contato com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA); a entrada no conselho científico da ABA; a organização e realização da RBA de 1996; a experiência na presidência da ABA; sua

atuação como representante da comissão organizadora do World Council of Anthropological Associations (WCAA); participação da criação dos Antropólogos sem Fronteiras (ASF); objetivos da ASF; atuação no Supremo Tribunal Federal (STF); o caso Raposa Serra do Sol; as idas aos julgamentos; formação de “lobby” para convencer os ministros em prol da questão quilombola; o caso da polêmica publicada na revista Veja e o dilema ético entre antropólogos naquele momento; os efeitos da criação de universidades iniciadas pelo governo Lula; propostas de inovações nos programas de graduação, a partir do BI, de cursos âncora e da licenciatura interdisciplinar; o projeto de implantação dos colégios universitários; o foco em grupos socialmente excluídos da região sul da Bahia; o desenvolvimento de contatos internacionais com a BI; a importância das reuniões científicas e congressos; a UFSB como modelo inovador de universidade e a liderança de Neomar na reitoria; os livros que mais marcaram sua trajetória profissional.

Entrevista: 05/08/2014

C.S. – Bom dia, muito obrigado por estar entrevistando, acho que é muito importante que guarde essa memória de várias partes do Brasil, e, estando no Nordeste, vou começar pelo Nordeste, falando da minha trajetória. Estando em Natal, para mim é muito significativo também porque passei parte da minha infância morando perto de Natal, apesar de ser baiano, nasci no sertão da Bahia, mas aos oito anos de idade, meu pai, sendo funcionário do Banco do Brasil, veio ser gerente de uma agência do Banco do Brasil na cidade, relativamente, próxima a Natal, chamada Assú, que marcou muito a minha infância, que passei quatro anos vivendo lá, e me aproximou muito das questões nordestinas, apesar de ter nascido no sertão da Bahia, em uma área de transição entre floresta atlântica e a caatinga, o sertão baiano, mas essa experiência de ter vindo para cá aos oito anos de idade, realmente foi muito marcante e desenvolveu uma série de interesses que acabaram repercutindo na minha vida: o interesse pelo meio rural. De fato, ontem alguém me perguntava: “E como você estudou, nessa época?” Bem, a escola era ocasional. Onde eu morei não tinha, na época, sequer o curso de ginásio, tinha somente o curso primário, assim chamado curso primário. Em 62 minha família acabou voltando para Bahia exatamente porque tinha dificuldade para educar os filhos, uma série de coisas assim, acabamos voltando para a Bahia. E na Bahia tivemos uma trajetória também de cidades do interior, muito interessante em termos de experiência, até que chegamos em Salvador, em 64, exatamente, no ano do golpe militar.

C.C. - Você tinha quantos anos, Caroso?

C.S. - Eu nasci em 1950, nessa época eu tinha 13 anos, quando fui estudar em Salvador, vindo do interior, e meio perdido numa cidade grande. Na época tinha apenas meio milhão de habitantes, mas era uma cidade muito grande, para mim, que tinha morado em cidades de 5.000 habitantes, antes.

C.C. - Essa cidade que você nasceu no sertão da Bahia, qual foi?

C.S. - Jequié se situa no sudeste baiano, mas é exatamente área de transição. É muito interessante que você pode subir no ponto mais alto da cidade e observar a floresta atlântica de um lado e o sertão do outro, extremamente verde, extremamente seco. Então têm os dois climas, os dois tipos de vegetação. Os dois biomas se encontram, exatamente, na área que está a cidade.

C.C. - Na sua família, seu pai e sua mãe, eles tinham alguma formação?

C.S. - Meu pai é mineiro, ele nasceu na Zona da Mata mineira, estudou Engenharia em Belo Horizonte, mas não concluiu o curso, por questões financeiras, acabou não concluindo o curso. E ele foi da polícia militar de Minas, foi sargento da polícia militar de Minas durante algum tempo, depois, ele foi inicialmente motorneiro de bonde. Ele completou 100 anos semana passada, dia 21 de julho, quinze dias atrás, completou 100 anos. Cem anos com lucidez, interessante, e dançando na festa de aniversário dele. Ele nasceu na Zona da Mata, acabou indo para Belo Horizonte, foi trocador de bonde, depois motorneiro de bonde, depois sargento da polícia militar e acabou ingressando no Banco do Brasil. E, no Banco do Brasil, ele foi nomeado para ir para Jequié, em 1944, e para chegar lá era realmente um caminho muito longo. Tinha que tomar um navio no Rio de Janeiro, quatro dias depois desembarcar em Salvador e se dirigir para a cidade no interior da Bahia, que era mais um dia de viagem. Hoje se faz em cinco, seis horas, na época era um dia inteiro de viagem por estradas de péssima qualidade. Então ele é o caso de pessoa que perde o navio. Ele estava no Rio esperando o navio, descobriu que o navio que ele ia passava em frente à praia de Copacabana. Ele teve que ir dias depois, exatamente, porque perdeu o navio. Tem algumas histórias muito interessantes na trajetória dele até chegar à Bahia. Chegando à Bahia acabou conhecendo a minha mãe, e se casaram, e nós filhos nascemos em Jequié. Ele tem uma trajetória de mudanças por conta do Banco do Brasil e nos levou para todos esses lugares, nós éramos pequenos. Primeiro lugar que foi significativo, de fato, foi exatamente o Rio Grande do Norte, naquela época.

C.C. - Agora, ser funcionário público do Banco do Brasil, no interior, devia ser uma posição importante.

C.S. - Era uma função importante. Existiam três autoridades no município, na cidade, aliás, quatro: o prefeito, o juiz, o padre e o gerente do Banco do Brasil. Que não era gerente do Banco do Brasil, era gerente do *banco* porque era o único. Então o *banco* era o Banco do Brasil. Nós nos acostumamos a nos referir ao Banco do Brasil como banco, os outros, sequer existiam. A minha mãe vem de uma família de fazendeiros. Meu avô era filho de imigrantes italianos, que foi uma imigração italiana bem localizada na Bahia, que vieram como trabalhadores rurais. E ele acabou construindo uma certa fortuna na época, explorando madeira no sul da Bahia. Ele fornecia madeira para construção da estrada de ferro Nazaré, hoje extinta. Mas ele foi o fornecedor dos dormentes para construção de estrada de ferro Nazaré, e foi construtor, também, de parte da estrada Rio–Bahia, 116, hoje, que na época

chamava Rio–Bahia. E a minha mãe não teve educação formal, foi até, apenas, o curso primário, porque, na época, considerava que as mulheres não deveriam estudar muito para não arranjar namorado, apenas aprender a escrever o básico para fazer notas domésticas, esse tipo de coisa. Depois ela nunca foi avante em termos de estudo, mas se autoeducou sobretudo com leitura, e teve influência muito forte nos filhos nessa questão da leitura.

C.C. - Eram quantos filhos?

C.S. - Eu tenho duas irmãs, uma mais velha e uma mais nova do que eu.

C.C. - Você mencionou que em 64 seu pai foi transferido para Salvador.

C.S. - Em 64 nós fomos para Salvador, depois de morar em Jacobina, na Bahia, que era, na época, uma cidade muito interessante. Tinha uma produção de ouro bastante significativa, uma mina de ouro. A cidade girava muito em torno da mina de ouro. Nós fomos para Salvador, logo que chegamos em Salvador, em fevereiro de 1964, eu fui para estudar no colégio da polícia militar. Questão de disciplina, eu era muito indisciplinado na época, morando no interior, indisciplinado, eu fui estudar no colégio da polícia militar exatamente para ser disciplinado. E no colégio da polícia militar me deparei, exatamente dois meses depois, com o golpe militar, uma situação de exacerbada segurança. Nós morávamos na rua que estava o quartel da polícia, então exacerbada segurança, presenciamos agressão da polícia a passantes, a carros, tiros de metralhadora, coisas desse tipo. Exatamente, no momento do golpe militar. E presos políticos que foram parar dentro do quartel da polícia militar nessa época. Vários que depois vieram a ser meus amigos, hoje, mais velhos, mas vieram ser meus amigos e que foram presos no quartel da polícia militar, junto ao colégio da polícia militar onde eu me encontrava estudando na época.

C.C. - E você estudou no colégio militar até o final?

C.S. - Pois é, eu concluí o ginásio o colégio da polícia militar e acabei indo para o lado da indisciplina novamente. Fui fazer, na época, ainda existia o curso clássico, que era, exatamente, o mais politicamente orientado que existia em todo o ensino médio, equivalente ao ensino médio hoje, o curso clássico já era muito direcionado. Clássico para fazer Direito, clássico para fazer Economia, científico quem ia fazer a parte de ciências. E, no colégio, onde havia o movimento político mais intenso da cidade. Nós participávamos na época do movimento político juntamente com os estudantes da Universidade Federal da Bahia.

C.C – Qual era o colégio?

C.S. – Era o Colégio Central da Bahia, chamava-se. Hoje ele existe, é um colégio muito antigo, tinha um ensino de boa qualidade, excelente qualidade na época, um colégio estadual, e onde se fomentava, na época, toda essa insurgência política que fazia junto com a universidade, todo movimento de 68 e outras coisas semelhantes. Passei os três anos lá estudando o clássico, onde me envolvi com o movimento político na época, tive oportunidade de participar de várias ocasiões e ingressei no curso de Direito, em 1970. Já o curso de Direito era muito despolitizado nessa época. Tinha havido a repressão toda em 68, e as lideranças foram todas, enfim, presas, expulsas, banidas, então, estava muito despolitizado. Toda a universidade, no início da década de 70.

C.C. - Em 68 você está no que seria hoje o ensino médio. E atuava no movimento estudantil?

C.S. - Atuava no movimento estudantil.

C.C. - Como foi esse 68 que acaba no mês de dezembro com o AI-5?

C.S. - Pois é, nossa participação como estudantes secundaristas era, sobretudo, na movimentação de rua, nas greves e passeatas. As passeatas paravam inteiramente a cidade de Salvador. E ao mesmo tempo a gente presenciava... Nós tivemos várias vezes que nos refugiar em casas privadas, em edifícios, lojas comerciais, a correria na rua, agressão por parte da polícia, do exército. Na época, as forças armadas iam para a rua para reprimir o movimento. Então eu participei exatamente, neste momento, dessa movimentação toda, sobretudo a movimentação de rua, que era praticamente permanente.

C.C. - Você fazia parte de alguma organização política?

C.S. - Não fazia parte de nenhuma organização, era o participante dos eventos, das passeatas, dos momentos de realmente bastante movimentação.

C.C. - Seu pai, como acompanhava essa...?

C.S. - Meu pai, realmente, era muito liberal em vários aspectos. De fato, ele temia pela questão da segurança, mas em nenhum momento foi contrário a que participasse do movimento, porque ele tinha um posicionamento muito crítico à ditadura militar; todos os direitos perdidos na época, todos os direitos suprimidos pela ditadura militar, e aos políticos da época que eram, de fato, políticos que cederam ao golpe militar muito rapidamente.

C.C. – Você... Mas não concluiu o curso de Direito, você passou para Ciências Sociais...

C.S. - Pois é. [risos] Eu estudei Direito durante um ano e meio e descobri que não era exatamente o que eu estava querendo estudar. E, na época, o movimento... O filme *Woodstock* mexeu muito comigo [risos]. Assisti o filme, acompanhei toda a movimentação

nos Estados Unidos, na Universidade de Berkeley, em São Francisco e tal, e eu acabei indo para São Francisco. Abandonei o curso de Direito, no meio do segundo ano, e fui para São Francisco sem nenhum destino. [risos]

C.C. - Era um hippie na época, como chamavam?

C.S. - Veja, era um hippie meio acomodado, eu diria, não era um hippie radical, mas assumi muito essa proximidade com o movimento hippie, e fui morar em São Francisco. Fui inicialmente para Los Angeles, pensando, eu fui com visto de um mês como turista, mas pensando em entrar numa universidade para poder permanecer mais tempo. E acabei entrando na universidade em São Francisco, em uma universidade privada em São Francisco, Universidade de São Francisco, e permanecendo lá durante um tempo razoável, 13, 14 meses, e participando da grande movimentação que existia em Berkeley, particularmente, em Berkeley, passava os fins de semana em Berkeley, e morando em áreas em São Francisco onde havia presença muito forte do movimento hippie, ainda, que era o Haight-Ashbury, por exemplo. Morando no Fillmore District, exatamente, no bairro negro de São Francisco, para sentir de perto, buscava ter essa experiência de perto, daquele momento que estava acontecendo.

C.C. - Você tinha família, amigos, contatos, lá?

C.S. - Não, eu não tinha nem família, nem amigos, fui. [risos] Um pouco dessa coisa que a gente faz sem pensar muito. Iria um amigo comigo, nós iríamos juntos, mas na hora ele desistiu. E eu me senti tão comprometido que eu fui. Fui para arriscar exatamente, entrar numa universidade, permanecer algum tempo. O que foi muito interessante, porque foi aí que eu comecei a estudar Antropologia. Eu descobri, nesse momento, que eu estava decepcionado com o curso de Direito, que eu tinha interesse em Antropologia.

C.C. - Havia o curso formal na época, você se inscreveu na Universidade de São Francisco?

C.S. - Na Universidade de São Francisco inicialmente me inscrevi para estudar inglês, e depois eu comecei a cursar exatamente as disciplinas de Antropologia. A universidade não tinha um curso de Antropologia, especificamente, na época. Mas eu passei a cursar tudo que me interessava em Antropologia. Fiz isso durante um ano. Depois voltei para a Bahia e continuei, quer dizer, ingressei no curso de Ciências Sociais, consegui uma transferência do curso de Direito para ingressar no curso de Ciências Sociais e concluí em Ciências Sociais com concentração em Antropologia. O que, na época, era muito raro.

C.C. - Só para entender a volta, um ano e pouco depois. Você não pensou em ficar lá e terminar, ou não pôde?

C.S. - Na época eu pensei sim, mas não pude. Questões familiares, eu acabei voltando, aquela coisa da saudade, a saudade da família, a reclamação que eu estava ausente, era o único filho, e acabei voltando e terminando o curso em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, em Ciências Sociais, e eu era o único, naquele momento, que concentrava em Antropologia, que fazia o bacharelado voltado para a Antropologia.

C.C. - O Pedro Agostinho da Silva foi orientador na sua monografia?

C.S. – Isso. Exato. O Pedro foi meu orientador na época. Exatamente. Eu voltei, o meu pai sempre foi muito conversador e ele já conhecia Pedro Agostinho, que ele tinha procurado, para ver se eu me atraía para voltar para Antropologia na Bahia, as condições e tal, e o Pedro foi exatamente a pessoa que eu entrei em contato primeiro na área de Antropologia. Então, Pedro me ofereceu como possibilidade, exatamente, trabalhar com populações indígenas, e foi aí que eu comecei a minha trajetória – Pankararé, Pankaré, usa os dois nomes. Eu acabei trabalhando com os Pankararé, minha monografia de graduação. Na verdade, não foi uma monografia, eu fiz um laudo antropológico sobre Pankararé para exatamente subsidiar o reconhecimento do grupo pela Funai. Naquele momento, o grupo – quando o Pedro me colocou a possibilidade – o grupo era considerado como extinto, a última notícia que tinha na literatura era do século XVIII, onde eles estariam na localidade de Curral dos Bois, que depois veio a ser Glória e, a partir daí, na literatura, não se encontra nenhuma outra notícia, a não ser na década de 60, quando Rosenthal trabalha com os Pankararu no rio Pernambuco, e se refere a possibilidade de existir índios Pankararé no Brejo do Burgo, no Raso da Catarina. Era a notícia que nós tínhamos na época, não tinha mais nada de informação sobre Pankararé. Então nós fizemos uma primeira incursão, em primeiro de maio de 1975. Nós fizemos uma primeira incursão na área, eu preparei tudo que era viável conseguir de informação na época, preparei um projeto de pesquisa e fizemos uma primeira visita.

C.C. – [Inaudível] você e Pedro Agostinho?

C.S. – Pedro Agostinho... Foi, na época, Pedro Agostinho, Maria Rosário Carvalho, que também tinha terminado a graduação e trabalhava com Pedro Agostinho, a minha mulher que era da área de Linguística, e um filho de Pedro Agostinho, que tinha dez anos na época. Então nós saímos de Salvador, um dia todo de viagem para chegar a Paulo Afonso, de Paulo Afonso ter apoio da Chesf, para ir até lá descobrir se existia ou não existia índios Pankararé no local.

E para decepção nossa, nós passamos o dia inteiro, lá, procurando indígenas, caboclos, índios, o que quer que ocorresse, e todos diziam que não existia nenhum índio, nenhum caboclo, aquilo nunca houve ali. Ao fim da tarde, nós já estávamos decepcionados e íamos embora para tentar voltar no outro dia, outro local, para ver se encontrávamos, uma pessoa me chamou e disse: “você está procurando caboclos?”, eu disse: “é, estamos procurando caboclos aqui”, ele disse: “bem, aquele ali mesmo que você estava conversando é, mas eles escondem, porque se eles disserem que são caboclos, eles são presos pelo dominante do local”, um senhor que dominava o local, o fazendeiro maior que dominava o local. E aí nós fomos embora com essa... eu somente anunciei que nós voltaríamos. Eu voltaria lá em julho daquele ano, nós fomos primeiro de maio, que nós voltaríamos em julho. Quando eu voltei lá, em julho do ano, no momento marcado, tinha todo um grupo esperando e assumindo essa identidade Pankararé, liderados exatamente pelo líder deles, que eles não se referiam como cacique, diziam que era “o chefe da gente aqui”, que era o Angelo Pereira Xavier. Depois veio a ser um militante, até então muito acomodado, mas veio a ser um militante muito forte que acabou morrendo, sendo assassinado exatamente por conta dessa militância. Isso ocorreu em 1979. Quer dizer, de 75 até 79, ele teve um papel muito importante em reagregar o grupo e, sobretudo, projetar para fora a existência desse grupo lá no local. Nós demos apoio, nós fizemos esse estudo, que se tornou um laudo para a Funai, que seria equivalente à minha monografia de graduação. Mas o Angelo teve uma atuação política muito forte, apoiado por nós que levávamos, abrimos os canais de contato para ele, e ele *não* perdeu tempo, exatamente, ocupando todos os espaços. Era realmente um *político* muito eficaz.

C.C. – Nessa época a discussão conceitual da aculturação, assimilação era muito forte. O Agostinho tinha estudado com Eduardo Galvão, uma experiência de... Acabou que Galvão teve muito...

C.S. - Exato. Pedro “inventou índios na Bahia”. [risos] Ele era acusado disso. E nós todos que o seguimos, fomos alunos dele e trabalhamos também, éramos acusados, inclusive pela imprensa, pelos políticos, de termos inventado índios na Bahia. Que a Bahia não tinha índios e de repente Pedro Agostinho foi para lá, ele saiu da Universidade de Brasília e foi para a Bahia em 1970, salvo engano, 1972, e ao chegar lá, ele começou exatamente buscar a presença desses indígenas que estavam desaparecidos. Então só se tinha de índios na Bahia, indígenas na Bahia, sabia-se de Porto Seguro, de alguns índios que, enfim, circulavam em Porto Seguro, e eram extremamente discriminados, que eram exatamente os remanescentes

Pataxó. E nós tratávamos, eram tratados como alguns remanescentes sem grande significado. A Bahia não tinha populações indígenas.

C.C. - Ele tinha tido experiência no Xingu com os Kamayurá?

C.S. - Pedro trabalhou no Xingu com Kamayurá. Pois é, de Kamayurá a índios isolados no Xingu e tal, ele parte para uma situação de índios que não existiam. Os grupos estavam desaparecidos, as indicações eram, sobretudo, históricas, da existência desses grupos, e eles estavam lá latentes, porém, reprimidos por várias formas de repressão.

C.C. - Ele tinha feito História, na verdade, na graduação, ele já tinha essa preocupação? Bom, depois vai resultar na criação do museu que você também vai dirigir, mas nessa época, ele tinha essa perspectiva histórica também ou não?

C.S. - Olhe, Pedro tem uma trajetória extremamente complexa, porque o pai dele foi banido de Portugal por Salazar, e, por isso, ele teve que vir para a América do Sul, inicialmente para o Uruguai, depois ele vai para a Paraíba, passou pouco tempo no Uruguai, depois vai para Paraíba e fez uma obra, uma trajetória... depois Santa Catarina, Bahia já é o terceiro local que ele vai. Pedro tinha 12 anos de idade quando chegou no Brasil. E o pai dele era uma pessoa irrequieta, ele criava coisas e ia embora [risos]. Na Bahia ele criou o Ceao (Centro de Estudos Afro-Orientais). Ele fundou o Ceao, juntamente com o apoio do reitor Edgar Santos, na época, que era politicamente muito bem situado, e um dia ele comunicou ao vice-diretor que ia fazer uma viagem. O vice-diretor perguntou para ele quando ele voltava, ele disse: “não volto”. E foi embora, foi para outro lugar. E ele sempre ia para algum lugar, criava alguma coisa e abandonava, deixava lá, quando via que estava andando, ia embora. E Pedro tinha muito esse espírito também. Pedro tinha essa característica muito forte. Ele estudou Geografia, História, não sei bem se ele concluiu por uma ou pela outra, eu sei que estudou os dois, e depois ele fez esse mestrado com Galvão. Ele foi trabalhar no Xingu, com Kamayurá, publicou a dissertação dele que é extremamente interessante, muito detalhada, muito forte do ponto de vista geográfico, exatamente mostrando uma das formações dele. E foi para a Bahia, exatamente, porque o reitor Edgar Santos, na época, abriu essa possibilidade dele ir para lá, e ele assumiu o cargo lá de professor e, imediatamente, começou a buscar os índios desaparecidos. E, na verdade, ele plantou a semente do que veio a ser depois toda essa teoria da emergência étnica. Na verdade, foi plantada por Pedro Agostinho. Hoje, João Pacheco é a maior liderança nessa área, mas foi plantada por Pedro Agostinho. Fez um diálogo muito forte com João Pacheco em vários momentos. Então Pedro começa esse estímulo aos

estudantes dele. Nós éramos todos muito jovens. Eu não fui nessa primeira excursão, eu estava nos Estados Unidos, nesse momento, que eles foram aos Pataxó com nenhum dinheiro, na verdade, conseguiram um ônibus da universidade, conseguiram um apoio da polícia militar para fazer o transporte lá local, e foram descobrir a existência desses pataxós lá, em Barra Velha, município de Porto Seguro. Fica a 60 km, na costa de Porto Seguro. Eu fui somente uma vez, em 1976, nessa aldeia de Barra Velha, e era quatro horas de barco de Porto Seguro, e com bastante insegurança, eu fui num barco que quase naufragou, por exemplo. Mas eles foram lá, a primeira incursão foi em Pataxó, e ele levou um grupo que plantou um pouco essa semente. Todo esse grupo passou a trabalhar exatamente com a perspectiva histórica, inicialmente, em buscar informações sobre esses indígenas que existiram na Bahia, e, hoje, a Bahia tem 13 grupos indígenas em 26 aldeias, qualquer coisa assim. Muda todo dia. Estou, atualmente, em Porto Seguro, estou residindo em Porto Seguro, e as aldeias Pataxó de lá, você tem 23 num dia, noutro dia você tem 26, porque, de fato, eles começam... Cisões internas e acabam criando novas aldeias. O Pataxó quando eu conheci estava em Barra Velha e os que estavam em Porto Seguro eram dispersos, hoje eles têm aldeias bem definidas, lutam por seu território, sua área de sobrevivência, tal, e se multiplicam muito rapidamente, além da população crescer.

C.C. - Nessa época que você está fazendo Ciências Sociais, 72, 73, 74, uma era de repressão política, não é?

C.S. - Muito forte.

C.C. - Atingia essa questão indígena ou...?

C.S. - Atingia bastante. Ao mesmo tempo que você tinha uma repressão as populações por parte dos policiais, por parte da polícia local, particularmente, o nosso diálogo, que foi muito importante – Pedro Agostinho estabeleceu –, com o exército. Nós tínhamos uma estudante que era filha de um coronel do exército e se interessou por estudar indígenas, trabalhar com Pedro Agostinho. Então isso resultou num apoio forte do exército às populações indígenas [risos]. Relações familiares, pois é. Então você tinha, por parte da polícia militar, local, uma repressão forte aos indígenas, uma desconsideração aos direitos indígenas e, por parte do exército, a proteção desse direito dos indígenas. Então nós... Por exemplo, o Angelo Pereira Xavier, que foi assassinado, o líder Pankararé, ele buscava segurança junto ao exército. Então o interlocutor local dele passou a ser o major que comandava um batalhão, lá em Paulo Afonso. Então ele buscava o major por proteção aos grupos. E muitas vezes...

C.C. - Por que era uma força federal, ou não?

C.S. - Porque era uma força federal. Esse era um aspecto importante. A gente passou a tratar diretamente, sendo os índios uma questão federal e não estadual, nós passamos a tratar diretamente com a força federal. Ao mesmo tempo houve essa facilidade de se dialogar com o exército por conta desse coronel que, de fato, era uma pessoa que naquele momento detinha toda informação sobre a vida de tudo. Ele era chefe do serviço de informa do SIEx (Serviço de Informação do Exército), e, ao mesmo tempo, ele tomou isso como uma causa para ele, quase que pessoal de, inclusive, em alguns momentos, contra a nossa vontade, ameaçar pessoas que ameaçavam os índios. Ele próprio foi pessoalmente [risos].

C.C. - Qual o nome desse coronel?

C.S. - Devo lembrar em algum tempo [risos]. Eu vou tentar lembrar. A Funai naquela época, na verdade, tinha uma relação muito próxima com as forças armadas. O coronel Ismarth de Carvalho era o presidente da Funai. A Funai era recheada de coronéis do exército. Eles tinham uma preocupação muito forte com fronteiras, com segurança, e os índios eram olhados como uma possibilidade de insegurança. Ao mesmo tempo, eles davam essa proteção aos índios que estavam lá – obviamente sem garantir os direitos dos índios como nós esperávamos que acontecesse. Mas esse coronel, particularmente, foi interessante por conta da relação familiar. Ele passou a tomar a causa indígena como algo importante para ele naquele momento. Era uma coisa muito complicada, porque ele tinha uma visão de segurança, enquanto nós tínhamos uma visão de antropólogos, queríamos ver a coisa tratada de outra maneira. Então muitas vezes foi desastrosa a participação dele, quando ele resolvia nos acompanhar, e fez isso mais de uma vez, foi desastrosa a participação porque ele chegava lá com todo discurso de segurança, enquanto nós estávamos buscando o discurso de compreensão dos problemas locais.

C.C. - Mas em outro plano, dava segurança a vocês...

C.S. - Dava segurança do ponto de vista de outras forças, por exemplo, as forças políticas locais, retrógradas. Esse fazendeiro local que dominava o local onde estavam os Pankararé, o Brejo do Burgo, a maior liderança branca contra os indígenas, ele foi da volante que perseguiu Lampião, ele viveu *anos* no mato, em busca dos cangaceiros de Lampião, todo cangaço, tal; depois quando ele terminou o cangaço – ele nos contou essa história –, ele não tinha o que fazer, então, ele virou cangaceiro. Quer dizer, vários da volante, que eram membros das volantes se tornaram cangaceiros e passaram a fazer, exatamente, o que faziam

os cangaceiros antes. Quer dizer, novos grupos de cangaço, a partir de pessoas que estavam antes perseguindo os cangaceiros. Ele próprio dizendo que eles eram mais violentos que os cangaceiros. Na verdade, grande parte da violência foi cometida pelos membros das volantes. Esse senhor era exatamente quem ameaçava os índios mais de próximo. E de repente a presença desse coronel coibiu... Sobretudo o discurso agressivo e as ameaças contra os indígenas. Num momento ele chega lá e diz, quem mexer com índio aqui, vai se ver comigo. E realmente a perseguição aos índios reduziu, quase desapareceu, porque ele impôs uma ordem que, naquele momento, todo mundo acreditava. O exército dava as ordens. Paulo Afonso tinha prefeito, o estado tinha governador, contudo, todos se reportavam ao major do exército que se encontrava lá. Não se reportava ao prefeito, às autoridades locais, era o major do exército que comandava a área de certa forma. Inclusive os civis se reportavam a ele, iam prestar contas a eles, chamava e ameaçava as pessoas, prendia pessoas. Ou seja, o regime de exceção que a gente viveu nesse tempo se refletiu no interior da Bahia, em Paulo Afonso. Porque Paulo Afonso era considerada uma área de segurança nacional por causa da hidroelétrica. Então circular em Paulo Afonso significava estar sob vigilância, naquele momento.

C.C. - Segurança nacional.

C.S. - Segurança nacional.

C.C. - Agora, você terminando o curso de Ciências Sociais você foi fazer mestrado em Sociologia da Cultura. Era um curso novo?

C.S. - Era um curso novo. Nós tivemos os primeiros mestrados implantados na Bahia, em 68, foi, exatamente, Ciências Sociais, quer dizer... não foi Ciências Sociais, foi Ciências Humanas, Economia, Agronomia e Química. Foram os quatro primeiros cursos de mestrado instalados em Salvador, em 68. Em grande parte, por influência da Rockefeller, que financiou o de Humanidades e o de Agronomia, e da Fundação Ford – Educação, não foi a Química, foi Educação –, que financiou Educação, não foi Química. Quer dizer, Rockefeller: Ciências Humanas, Agronomia e Economia; Ford: Educação. Por influência, por apoio das fundações Ford e Rockefeller, foram instalados os primeiros cursos de mestrado na Bahia, em 1968, na UFBA, na Universidade Federal. Não tinha nenhuma antes, também. A partir daí, esse curso sofreu transformações; que era Ciências Humanas, nós não tínhamos doutores, tinha dois doutores, mas doutores pela faculdade de Direito, por defesa de tese. Eles não eram doutores como estamos pensando hoje. E eram esses dois doutores. Então, os nossos professores de lá

foram se qualificar como mestre, e aí foi o momento que foi atraído para lá, passaram algum tempo, não presenciei, mas a história, Maria Isaura Pereira de Queiroz, ela ensinou lá, conosco, no mestrado em Ciências Humanas; Perseu Abramo; acho que Klaas Woortmann também esteve na época, lá, ele foi professor da UFBA durante um tempo. Então teve uma série de professores que foram convidados de São Paulo, do Rio, de outros locais, para formar os primeiros mestres de lá. É uma situação *sui generis* que é, pessoas que estavam fazendo o mestrado e ao mesmo tempo ensinando para os próprios colegas. Isso foi um problema para o reconhecimento do mestrado depois, na medida em que você tinha gente do quadro que não tinha mestrado, sendo professor do próprio. E esse mestrado foi sofrendo transformações. Ciências Humanas pegava basicamente Ciências Sociais como um todo, História e Ciência Política também fazia parte lateralmente, e tudo que estivesse na área de humanidades, na verdade, acabava em Ciências Humanas. Posteriormente, houve uma melhor definição para mestrado em Ciências Humanas, com concentração em Sociologia da Cultura, toda influência de Machado Neto, na época, que era esse único doutor que começou, era jurista, sociólogo, mas nunca teve formação no exterior, toda formação dele foi na Bahia, tem uma obra fantástica, porém, toda local. E foi definido, também, uma área de concentração em História, passou a ter História e Sociologia da Cultura. Então eu fiz esse mestrado em Sociologia da Cultura, porém, sob orientação de Pedro Agostinho, e acabei não tendo condições por questão de segurança, não houve condição de fazer o trabalho que eu faria com o Pankararé, que seria a dissertação de mestrado. Na época foi assassinado o líder indígena, e eu era ameaçado de morte se voltasse ao local; porque, na imprensa, eu era acusado pelos políticos de ter inventado índios no local, isso criou a desarmonia entre as famílias. Então, eu não podia lá que juntava uma multidão para discutir essa questão, e eu era ameaçado, tal. Eu deixei de ir por segurança, fui recomendado a não voltar durante algum tempo, e foi exatamente o momento que foi assassinado o líder indígena, o Angelo Pereira Xavier. Eu acabei trabalhando com outra... - por questões financeiras também -, acabei trabalhando em Salvador, com o Pelourinho que, na época, era uma área de prostituição e tráfico de drogas. Então eu trabalhei com essa questão ligada ao tráfico. Um pouco com a economia do tráfico de drogas e da prostituição no local, o que aquilo significava para a população em termos de sobrevivência. E todo tipo de estratégia de sobrevivência que era usada na área. Até porque eu trabalhei na Fundação do Patrimônio Artístico Cultural, naquele momento, que cuidava da revitalização e restauração do Pelourinho, e nós defendíamos a permanência da população. O

meu estudo também está muito voltado para isso, defender a permanência da população do local, que veio a não acontecer depois.

C.C. - Agora, nessa época, você dá o subtítulo de “ensaios de antropologia urbana”. Você quer contar, por exemplo, do seu contato com os trabalhos do Gilberto Velho, do Magnani, como era? Você menciona, se não me engano, num depoimento para a ABA que você tinha dado depois que você leu o texto do Gilberto.

C.S. - [risos]. Eu conheci o trabalho de Gilberto, mas...

C.C. - Foi meu orientador. C.S. - Foi seu orientador?

C.C. – De mestrado e doutorado.

C.S. – Ah tá. Eu conheci o trabalho de Gilberto, o que estava se fazendo Antropologia Urbana naquele momento no Brasil, que era muito tímido, na verdade, em 1978, 79, era muito pouca coisa. Gilberto era o principal nome naquele momento em Antropologia Urbana. Então tive ocasião de ir no... Pedro Agostinho fazia doutorado no Museu Nacional, ele era meu orientador, então eu fui, um momento, para conversar com ele, passar uma semana no Rio discutindo com ele o que eu estava produzindo, eu fui ao Museu e tive contato pessoal, pela primeira vez, eu conheci Gilberto, bastante jovem, 78, 79. Bastante jovem. Otávio bastante jovem.

C.C. – Morreu com 66 anos.

C.S. - Ele morreu com... 66?

C.C. - É, ele era de 45. Ele parecia mais velho pela...

C.S. - Ele sempre foi velho. [risos] Então eu conheci Gilberto, Pedro me apresentou a Gilberto, me apresentou a Otávio. E na RBA de 1980, que ocorreu no Rio, eu participei de um grupo de trabalho coordenado por Gilberto, eu apresentei uma comunicação no grupo de trabalho que Gilberto era o coordenador, e ao sair eu entreguei para ele uma cópia, um exemplar da minha... Tinha falado exatamente sobre o que eu tinha produzido como dissertação, e ao sair entreguei para ele uma cópia da minha dissertação. E o que é interessante que eu, enfim, não sabia a consequência daquilo, e o que é interessante é que anos depois que conheci Luiz Fernando Dias Duarte, nós vínhamos de Caxambu, saímos de uma Anpocs, e começamos a conversar, ele disse: “ah, eu li sua dissertação”. E descreveu, assim, passagens e tal. Eu digo: “como você leu?”, “ah, estava na biblioteca do museu”. Gilberto seguramente deve ter colocado lá, porque foi a única que saiu da Bahia. Porque, naquela época, era interessante, a coisa estava começando, e ter mestrado era muito

importante, *ainda* era muito importante. Nós fazíamos 30 exemplares, mais exemplares e distribuíamos com os amigos, só circulava dessa maneira, o PDF é muito recente, não é? Então só circulava dessa maneira, então a gente fazia algumas cópias, enfim, com os amigos, e acabei passando uma para Gilberto que acabou, na biblioteca do Museu Nacional, lida por Fernando Dias Duarte. Eu digo, puxa, você foi meu único leitor provavelmente.

C.C. - Você já era, desde que terminou o curso, você já era professor, colaborador?

C.S. - Eu já era professor. Nós tínhamos uma carência muito grande de pessoas com alguma formação, então, chegar ao mestrado e ser estudante de mestrado já qualificava muito rapidamente para ser professor, num momento em que você tinha o sistema fechado e só se ingressava como colaborador. Ingressei como colaborador.

C.C. - Era CLT, não é?

C.S. - Celetista. Então você ingressava com contrato só do semestre, depois foi renovado sem prazo determinado. O que aconteceu é que esses contratos se tornaram permanentes. Em 80 houve aquela reclassificação feita pelo ministro militar que foi ministro da Educação – eu não lembro o nome dele agora, as memórias falham – e foi feita uma reclassificação de todos nós que ingressaram como visitantes, colaboradores e várias outras formas, e foram todos enquadrados. Mas ainda como celetistas. Nós só tivemos a mudança no regime jurídico único da década de 90, 91, me parece.

C.C. - Em 80, você já está contratado e decide voltar para a Califórnia. Como foi?

C.S. – Voltar para Califórnia [risos]. Foi muito interessante, um dia eu ia praia em Salvador, começou a chover muito e tal, eu fiquei em casa com a minha mulher conversando e tal, e abro o jornal e está lá uma bolsa Fulbright, concorrência para bolsa Fulbright para os Estados Unidos. Eu viro para ela e digo “o que você acha de a gente ir para... e fazer doutorado e tal”. Ela também tinha terminado a graduação. “O que você acha da gente ir para os Estados Unidos estudar?”, “Ah, ótima ideia”. E aí eu me candidatei à bolsa Fulbright, que implicava também em se candidatar para algumas universidades para, enfim, que você fosse aceito, à bolsa Fulbright e tal. Me candidatei, por questões de identidade muito forte na época, para a Universidade de Chicago, para a Universidade de Nova York... Columbia! Me candidatei para Columbia muito pensando em trabalhar com o Wagley, e me candidatei para a Universidade da Califórnia, Los Angeles, por conta da influência da minha mulher que não gosta de frio. Então me candidatei a UCLA.

C.C. - A diferença com Chicago era grande. Mas Chicago, qual era a sua atração [Inaudível]?

C.S. - É... puxa!

C.C. - Intelectual, pessoal?

C.S. - Intelectual. Sahlins. Eu estava lendo muito Sahlins, na época, e ele estava em Chicago, então me candidatei para ser exatamente orientando de Sahlins. No fim das contas, eu fiquei como opção nas três, eu acabei escolhendo a Faculdade da Califórnia muito por influência da minha mulher e, também, porque a pessoa que seria meu orientador lá, tinha trabalhado no Brasil e tinha um trabalho muito próximo ao que eu estava desenvolvendo na época, que era o Allen Johnson.

C.C. - Você já conhecia o Allen Johnson?

C.S. - Não, não conhecia. Conhecia trabalhos dele.

C.C. - Fez pesquisa no Ceará, campesinato.

C.S. – Ceará. Isso. Ele estudou uma fazenda no Ceará, o sistema tradicional de produção, um *plantation* tradicional, uma fazenda com, na época, 57 famílias de moradores. Uma fazenda de 2.400 hectares, que eram meeiros ou terceiros com o proprietário, e um sistema semiescravista, que já vinha... Essa fazenda foi propriedade de um general do exército, que eu acabei conhecendo em 1900 e..., a última vez que eu e Allen fomos lá foi em 2001, e acabamos entrevistando ele e descobrindo que ele foi o general responsável pelo massacre do Caldeirão. Foram cerca de mil pessoas que foram massacradas, e ele que deu a ordem de massacre. Ele negou isso, ele dizia que ele não deu ordem, a tropa se desgovernou, e ele não teve como controlar. Pediu para redimi-lo perante a história dizendo que ele não deu ordem, ele chegou lá e a tropa já estava sob descontrole, não houve jeito dele conseguir parar.

C.C. - Mas o chefe é sempre o responsável.

C.S. - O responsável. E ele foi para lá, veja, isso é década de 30, ele foi levado para lá, uma coisa inédita na época, que era um avião foi levá-lo, lá, para comandar a tropa e ele diz que ao chegar a tropa já estava desgovernada, e ele não teve mais como controlar. Ele era proprietário dessa fazenda, e mantinha um sistema, de fato, escravista. Inclusive, ele foi diretor da penitenciária em Fortaleza e retirava prisioneiros para botar para trabalhar na fazenda [risos]. Eu cheguei a conhecer um dos prisioneiros que ele retirou para trabalhar na fazenda, que ficou morando lá, se casou e ficou morando lá. Mas ele comandava a fazenda com ordens militares mesmo, comandava a vida das pessoas. E depois é comprada essa fazenda pelo proprietário que Allen chegou lá e conheceu, e era exatamente o oposto do general. Enquanto o general comandava a fazenda, Clóvis era um capitalista de certa forma

moderno, que não queria ter responsabilidade com trabalhadores, “fiquem lá, me dê minha parte e eu não quero saber da vida de vocês.” Isso é uma coisa muito interessante porque... Allen, inclusive, chegou a escrever um artigo exatamente sobre isso, que é o general e o capitalista, como as pessoas gostavam mais do tempo do comando do general. Porque o general decidia as coisas, e Clóvis, eles consideram um frouxo, que não resolvia absolutamente nada. Hoje, essa fazenda... A última vez que nós fomos lá, em 2001, ela tinha se tornado um assentamento de sem... Os moradores da fazenda trouxeram mais alguns de fora, o Incra desapropriou e, hoje, é um assentamento extremamente interessante, com todas essas histórias que as pessoas contam.

C.C. - Mas quando você decide ir para UCLA, você já conhecia o Allen Johnson?

C.S. - Não, eu não conhecia, só de trabalhos.

C.C. - O livro dele é de 71.

C.S. - O livro dele é de 71, *Sharecroppers of the Sertão*, então eu conhecia o livro dele e me identificava muito com o trabalho que ele fez. Ele estava tentando... A minha ideia inicial, na verdade, era, *ainda*, estudar Pankararé, mas estudar dentro de uma perspectiva, que, na época, Darcy Ribeiro, sobretudo, colocava, que era a ideia do “indigenato” – um campesinato indígena. Então eu estava realmente pensando muito essa questão, dentro de uma perspectiva de “indigenato”. E, sobretudo, eu me interessava por estudar um grupo específico do Pankararé que vivia – e ainda vive hoje – no Raso da Catarina, bem no interior do Raso da Catarina, um local chamado Serra do Chico. Uma família, praticamente uma família só, mas com um sistema adaptativo extremamente complexo e sofisticado, porque o Raso da Catarina não tem água. A pluviosidade dela é muito baixa, cerca de 200, 300 milímetros ano, mas muitas vezes chove uma vez, tudo, e o resto do ano é seco. Então eu me interessava sobretudo por estudar esse grupo pela semelhança que havia com Kalahari, fazer um estudo comparativo com Kalahari. E no fim das contas acabei, por conta ainda de segurança, não tendo condição de continuar com o estudo no Raso da Catarina, no Brejo do Bugre, acabei desistindo de uma vez para estudar... Allen me colocou como possibilidade da gente voltar junto à fazenda Boa Ventura. Logo que nos conhecemos, tivemos uma identificação muito forte de trabalho e também pessoal, acabamos nos tornando bons amigos. E num momento ele disse: “o que você acha de a gente voltar na Fazenda Boa Ventura?”

C.C. – Revisitar.

C.S. - Revisitar. Eu disse: “Puxa, grande ideia, vamos conseguir dinheiro para isso”. E conseguimos dinheiro, e ele não pode vir na hora de sair de lá teve dificuldade, a esposa dele ficou grávida, com dificuldades, tal, e acabou ele não podendo vir, e eu fui sozinho para a fazenda Boa Ventura, a primeira vez, em 1982.

C.C. - Virá mais tarde?

C.S. - Voltei várias vezes à Fazenda Boa Ventura e tenho vontade de voltar agora. [risos] Eu voltei para cumprir exatamente o que a gente tinha pensado como pesquisa, que era fazer uma visita e ver que mudanças ocorreram no período de 15 anos. Ele saiu de lá em 67, então, revisitando em 82, 15 anos depois.

[FINAL DO ARQUIVO_pho_2155_carlos_soares_2014-08-05_01]

C.C. - Só para retomar sua temporada no UCLA, você ficou lá direto de 80 até quando?

C.S. - Eu fiquei de 80 até 83, com esta vinda à fazenda Boa Ventura, em 82, foi julho de 82, eu cumpri o que a gente tinha pensado como pesquisa, fiz um levantamento cuidadoso para levar, relatar, tal, e a gente começou a trabalhar, exatamente, em uma Boa Ventura revisitada. Seria uma versão de *Sharecroppers of the Sertão* atualizada. Mas nós nunca nos satisfizemos com aquele momento, queríamos mais momentos, e protelamos várias vezes, até que nós chegamos a Boa Ventura aos 40 anos [risos], nessa época, eu fiquei em Los Angeles até 83. E aí houve uma mudança muito forte no meu interesse, foi exatamente a crise polonesa, e eu resolvi estudar Polônia, campesinato na Polônia, exatamente por ser a Polônia. O que me interessava muito: a Polônia era... Boa Ventura me causou muita especulação em torno de campesinato, então por ser a Polônia um país onde o campesinato conseguiu permanecer, resistiu exatamente à estatização, eu fiquei extremamente curioso como isso aconteceu. Você tinha convivendo na Polônia, na época, a propriedade privada, pequenos camponeses, em torno de pequenas vilas, pequenas vilas controladas pelo estado polonês, com fazendas estatais, uma série de coisas assim. Então, resolvi estudar a Polônia, preparei meu projeto de pesquisa todo para estudar Polônia, estudei polonês (risos), essa coisa toda.

C.C. - Mas você tinha alguma ligação?

C.S. - Não, nenhuma ligação. [risos] Curiosidade...

C.C. - Rubens Cesar não? O Rubens Cesar esteve na Polônia.

C.S. - Eu sei, eu soube depois que ele tinha estado. Eu acho que ele esteve nessa época que eu queria ir também. Mas eu sei que eu preparei o projeto todo, fiz a minha qualificação com o projeto para ir para a Polônia.

C.C. - Isso já no doutorado na UCLA?

C.S. - No doutorado na UCLA. Na UCLA, outra coisa que aconteceu, eu cheguei lá e eles exigiam evidência de que eu tinha mestrado. Eu entrei no programa de doutorado, mas o mestrado era uma transição. Até o segundo ano, você tinha ou que ser dispensado ou fazer um *master paper*, *master thesis*.

C.C. - E o da Bahia não valia?

C.S. – Não, valia. Mas, naquela época, eu já estava muito decepcionado com a dissertação de 300 páginas. O primeiro trabalho escolar que eu escrevi lá, eu fiz ao estilo baiano, eu não vou dizer brasileiro, mas baiano. Os baianos falam demais e escrevem demais, sobretudo escrevem demais, desnecessariamente. Eu já briguei com meus colegas, na época, porque fiz a menor dissertação de mestrado de todos os colegas, 330 páginas, qualquer coisa assim, mais de 300 páginas. Se fazia dissertação de mestrado com 600, 800, 1000 páginas, e levava-se quatro, cinco anos para fazer, claro. Você vai fazer mil páginas leva quatro, cinco anos para estar pronto. Então os mestrados eram terminados em quatro anos, três anos. Eu terminei o meu mais ou menos nesse período, por conta de vários aspectos, trabalho, uma série de coisas assim, mas fiz, até de provocação, a menor dissertação de mestrado da época. Quando eu cheguei nos Estados Unidos, eu fiz o primeiro trabalho, *paper*, de curso, eu fiz com 60 e poucas páginas. Entrego ao meu professor que era exatamente meu orientador. Ele, dois ou três dias depois, ele me chamou e disse: “Olhe, eu gostei muito do que você fez, agora, transforma isso em 20 páginas que vai ficar muito melhor.”. [risos] Aí eu fui e transformei em 20 páginas, levei alguns dias.

C.C. – Transição do estilo baiano ao estilo americano.

C.S. - Pois é. Falei: “Puxa, mas como eu posso transformar uma coisa de 60 páginas, que eu achei pouco, em 20?”. Esse exercício foi muito interessante, a síntese, e sobretudo coisas desnecessárias, que a gente colocava nos trabalhos: dados excessivos, documentos, transcrições, tal. Acabei conseguindo em... Ele me deu um prazo para devolver com as 20 páginas, e eu consegui devolver com as páginas e achei ótimo fazer com 20 páginas. “Puxa, que maravilha”. Quando chegou a questão a dissertação, uma possibilidade, eu tinha um outro professor no departamento que também lia português, era de família de origem

portuguesa, e um terceiro que lia espanhol, disse, nós podemos dar uma lida em sua dissertação, que você fez lá, e a gente lhe dispensa. Eu aceitei, eu disse: “Olhe, eu prefiro fazer outra coisa, quero fazer uma nova, uma nova já com a capacidade de síntese maior, sobre uma outra questão”, que era exatamente o tratamento teórico da questão do campesinato que me interessava na época, uma revisão da literatura sobre campesinato, identificação de bibliografia, no Brasil e na Polônia. Resultado disso é que eu acabei me direcionando para a Polônia por conta da crise polonesa. Naquele momento, essa tensão que havia entre o campo e cidade, a Polônia era o único país socialista que tinha dois partidos, o partido do trabalhador urbano e o partido do trabalhador rural. E o partido de trabalhador urbano de esquerda e o partido do trabalhador rural, conservador, de direita. Então achei interessante estudar isso, porque este campesinato polonês consegue se manter. Como ele consegue resistir ao estado pela via política, criando um partido próprio, que é resistente ao estado. E aí me coloquei para estudar Polônia, fiz...

C.C. - Para ir para a Polônia?

C.S. - Para ir para Polônia. Preparei, fiz a qualificação com o projeto Polônia, estudei polonês, tinha um membro polonês na minha banca de qualificação, que era o professor de Ciência Política, sendo que a crise polonesa se agravou e o meu financiador naquele momento, que era a Fundação Rockefeller, se opôs a minha ida e tentou me convencer de não ir, porque havia uma situação de risco, problema político na Polônia, tal. Eu resisti e insisti na ida. Eles acharam um mecanismo bastante eficiente de me barrar de ir para a Polônia: só me dariam o salário de um professor polonês, como bolsa, e nenhuma ajuda mais. Passagem e salário de um professor polonês. Só que um professor polonês, na época, na universidade polonesa, ganhava o equivalente a US\$ 50 por mês, mas recebia em zloty, em moeda local. Ele comprava tudo subsidiado, ele se transportava subsidiado, ele fazia tudo com 50 zlotys. E eu como estrangeiro, mesmo estando acolhido pela universidade polonesa, eu ia para a Academia Polonesa de Ciência, na época me aceitou para ir para lá, eu não podia comprar nos armazéns estatais, tinha que pagar em dólar, e obviamente eu não teria dólar para pagar. Por mais que eu brigasse, acabou sendo... Enfim, perdi, não pude mais, acabei desistindo. Briguei bastante, mas teve um momento que eu tive que desistir, porque eles resistiam, disseram que não mudariam, e era esta forma que eles me financiariam para ir para lá. Quando eu falei na possibilidade de estudar poloneses no Brasil, imediatamente voltaram à bolsa com todo o valor, eu vim à Bahia e a Fundação Rockefeller na Bahia, o chefe no

escritório franquiou todo dinheiro que eu precisasse, até mais do que eu precisei para campo, na verdade. E eu acabei estudando campesinato, um grupo de poloneses no Brasil, no Pará, colônia Murici, que hoje está urbanizada completamente, e ainda com o plano de ir a Polônia fazer um comparativo. Só que acabou me detendo longamente no campo. Aquela coisa do campo, você não sabe sair do campo, passei 13 meses no campo, e sempre achando que precisava mais, mas aos 13 meses, digo, eu tenho que parar senão nunca saiu daqui. Eu tinha que voltar para UFBA para dar aula, tinha acabado minha licença. Eu nunca estudei Polônia. Depois fui convidado pela Academia Polonesa de Ciência, exatamente, para falar sobre o trabalho, tal, que foi muito interessante a experiência. Aí fui visitar as vilas, eles me levaram, foram, assim, muito bons em termos de levar às fazendas estatais, vilas. No dia que eu falei na academia, convidaram para fazer uma palestra, um professor que era ligado ao Solidariedade na época, depois me abordou quando terminou – um professor jovem –, ele disse: “Onde eles lhe levaram”? Ele era oposição dentro da academia. A academia muito conservadora. Ele: “Onde é que eles lhe levaram?” “Bem, levaram em tais e tais lugares”, “Você quer conhecer o outro lado?”, “Estou aqui para isso”. No outro dia saímos e fomos conhecer exatamente o campesinato resistente à estatização.

C.C. – Isso já é em que ano, essa viagem à Polônia?

C.S. – Isso foi em 91. Aí foi interessantíssimo. Ele foi me mostrar esse campesinato que conseguiu se preservar, sobretudo através dessas relações de parentesco, fidelidade, relação patrão-cliente, muito forte. Por exemplo, uma vila que eu fui tinha um moleiro que tinha um pequeno moinho no fundo da casa dele e, junto da vila, um moinho estatal. O moinho estatal estava sem operar porque não tinha trigo, não tinha grãos para moer. O moleiro não dava conta de trabalho porque ele tinha uma relação exatamente próxima às pessoas, de patrão-cliente, ele adiantava dinheiro às pessoas, ele emprestava dinheiro às pessoas, ele transportava as pessoas para serviço médico. Enquanto que o estatal era totalmente burocratizado e não fazia nada disso, era receber e pagar o preço e acabou-se. Essas relações, em grande parte, parecem ter sido responsável por essa resistência, fazia parte dessa resistência, uma mudança tão forte.

C.C. - Esse contato lá no UCLA você manteve, você volta e passa um ano lá?

C.S. - Isso. Eu continuei trabalhando com Allen Johnson, ele veio depois que eu voltei do doutorado, ele veio aqui. Nós fizemos, na verdade, projetos conjuntos na fazenda Boa Ventura em 87, 88, ele veio, e nós trouxemos grupo de professores, particularmente

professores de ensino médio nos Estados Unidos, de *high school*, que fazem essas excursões para campo, eles pagam a universidade para isso, para ter essa experiência de ir a campo, e eles trabalham naquilo que você precisar que eles trabalhem. Então nós trazíamos pessoas, treinávamos, eles nos ajudaram a fazer censo, uma série de outras coisas. Então fizemos isso durante dois anos. Allen também veio, nós trabalhamos, em geral, um mês no local com essas pessoas trabalhando conosco. Treinávamos elas para fazerem as tarefas básicas, grande parte não entendia nenhum português, então nós botávamos para fazer coisas bem mecânicas, e eles se comunicavam com gestual e tal, e sempre botávamos em parceria com um garoto local, uma garota local para ser o guia deles na fazenda, que é muito grande, e fazer o contato, apresentar, tal, eles acabavam aprendendo algumas palavras de cortesia: “bom dia”, “boa tarde”, “obrigado”, esse tipo de coisas assim. Mas faziam tarefas bem mecânicas de medir e tal, que nós usávamos muito. Então Allen veio essas duas vezes, trabalhamos juntos em 87, 88. Depois, eu conduzi um desses grupos, ele não pode vir, no ano seguinte, mas aí foi na Bahia em uma situação de praia muito interessante. Eu ia para o interior da Bahia para comparar com Boa Ventura, mas aí eu tive um acidente, caí de um cavalo, quebrei o pé, fiquei de muletas, e acabei indo para o litoral, perto de Salvador, e fazendo um trabalho com um grupo desses lá, que foi uma experiência muito boa, sobre nutrição infantil. Aí você tinha, na época, eu tive pessoas da área de saúde, médicos, professores, enfermeiros que vieram para auxiliar nesse trabalho.

C.C. - O teu contato com essa área de Antropologia da Saúde, ela começa nesse momento...

C.S. - Começou na UCLA. Na época estava explodindo a área de Antropologia da Saúde.

Quase todos os meus colegas estudavam Antropologia da Saúde. Eu não, naquele momento eu estava interessado em adaptação ambiental, economia, ecologia cultural. De repente todas essas pessoas estudando saúde, e uma influência muito forte, as discussões na sala, eu comecei a me interessar também por saúde. Acabei introduzindo no meu trabalho, no Paraná, vários elementos de saúde. Nutrição, saúde. E ao retornar para a Bahia, eu achei que havia uma lacuna muito forte na nossa formação, que era exatamente nenhum olhar dos antropólogos para a questão da saúde.

C.C. - Você tinha contato com Luiz Fernando Dias Duarte? Ele estava fazendo doutorado, não? Fiz um curso com ele que era antropologia da medicina, da doença...

C.S. - Saúde e doença, é. Pois é, eu conheci o trabalho dele nesse momento, década de 80, mas conheci ele pessoalmente, creio que em 89, 90, retornando da Anpocs. Começamos a

conversar no ônibus, tal, e acabamos nos aproximando, então fizemos várias coisas juntos depois. Em alguns momentos organizamos grupos de trabalho, uma série de coisas assim.

C.C. - Eu perguntei porque no Rio ele foi muito importante nesse diálogo com a área Psi.

C.S. – Com a área Psi, exato. Eu comecei na Bahia, por conta disso, um diálogo forte com o pessoal da saúde coletiva, particularmente, o Naomar Almeida Filho, que é epidemiólogo, ele é psiquiatra, mas se aproximou muito da Antropologia, também nos Estados Unidos, da Antropologia da Saúde. Ele foi fazer um curso de Antropologia da Saúde, Antropologia Médica, a denominação que se dava lá, e acabou muito interessado. Nós tínhamos sido colegas de mestrado, ele interessado já por Ciências Sociais, em Salvador. E quando nos deparamos de volta na Bahia, terminado o doutorado mais ou menos na mesma época, ele era de Saúde Coletiva, eu de Antropologia, e acabamos nos encontrando e discutir como juntar essas questões. Acabei entrando em alguns projetos junto com ele e outras pessoas da área de Saúde Coletiva, muito pela área de doenças infecciosas inicialmente, e por fim entrei, com Naomar, num projeto grande com a parceria canadense, cubana, argentina, África, Índia, pesquisadores de várias partes do mundo, numa parceria de um projeto que durou 12 anos. De 90 até 2001, nós estivemos trabalhando juntos.

C.C. - Havia muito financiamento internacional também, não é?

C.S. - Para a área da saúde. A área de saúde era privilegiada, sim, se nós comparamos com a nossa área Antropologia, Ciências Sociais, a área de saúde nós conseguimos naquela época financiamento de US\$ 450 mil. O pessoal da área de saúde falava sem nenhum pudor em US\$ 1 milhão de financiamento. Nós falávamos em R\$ 10 [risos]. O dinheiro suficiente para fazer pouca coisa. Nós falávamos nisso, e o pessoal de saúde, sem nenhum pudor, falava, não, porque eu só faço projeto acima de R\$ 1 milhão, isso na década de 80. Um milhão equivalente a um milhão hoje. Acabamos nos aproximando, eu acabei começando a ter esse diálogo com a saúde coletiva, participar de aulas, no fim eu acabei me mudando fisicamente do departamento de Antropologia, da minha área, para Saúde Coletiva. E fui exatamente trabalhar com Naomar na montagem... aliás, primeira coisa, como faltava doutores para constituir um doutorado, um dia me ligam, não, mais tarde, nos Estados Unidos, e aí o colega de saúde coletiva me telefonou dizendo, “puxa, nós precisamos de você porque precisamos de mais um doutor para ter um colegiado.” – para o doutorado de saúde pública – “Nós precisamos de mais um doutor e não tem, você topa?”, disse: “Topo.”, e fui lá, entrei, fiquei no colegiado, comecei a participar do doutorado em saúde coletiva, isso década 80, 87, 88,

sendo criado o doutorado de saúde coletiva. Depois Naomar voltando, nós começamos o trabalho juntos, ele começou a tentar me levar para saúde coletiva, mudar de departamento, tal. Disse assim mesmo: “Bem, não mudo de departamento por conta de uma identidade.”, mas acabei me transferindo fisicamente para saúde coletiva, para exatamente ajudar abrir uma área de Ciências Sociais em saúde, no programa de saúde coletiva, que já tinha planificação em saúde, epidemiologia, e eu fui para abrir essa área de Ciências sociais em Saúde, que inicialmente era o único professor, depois que se formaram outros, houve concurso, e tal. Hoje é um programa muito sólido, com pessoas de alta qualidade, e tal. Mas no início eu era o único professor da área de ciências sociais em saúde. E Naomar, por ter feito Antropologia Médica, fazíamos o diálogo, então estávamos realmente trabalhando nessa área e construindo o programa que veio a ser, hoje, o programa sete da área de saúde coletiva. Não sei a... No Rio, de saúde...

C.C. – O IMS?

C.S. – Não. Que também era sete, caiu, não sei se eles recuperaram o sete na avaliação da Capes... É Fundação... Passou agora.

C.C. – Mas é da área de saúde?

C.S. – Saúde, saúde coletiva.

C.C. – Instituto de Medicina Social? Da UERJ?

C.S. – Não, é Federal.

C.C. - Oswaldo Cruz?

C.S. – Fiocruz! Não sei se a Fiocruz recuperou o sete, mas, no momento, eles tinham caído para o seis, o único de saúde coletiva sete é o da Bahia. Foi interessante como, no início, precisava *um* professor para montar um doutorado, e *um* professor para abrir uma área de Ciências Sociais em saúde, e acabei ficando durante nove anos lá, fisicamente lá.

C.C. - Mas a sua trajetória toda também como professor na Bahia, e a tua ida para o Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE? Você ficou dez anos?

C.S. - Nove anos.

C.C. – Nove anos, na direção. E foi criado pelo Agostinho, e aí tem, também, claro, toda a questão de patrimônio que você vai lidar, com patrimônio cultural e tal.

C.S. - Perfeito. Então o que acontece? Saúde coletiva, eu fiquei lá durante oito, nove anos, mais ou menos. De repente Naomar sendo reitor, eu estava fora, eu estava como professor visitante na Universidade Califórnia (Los Angeles), que foi uma experiência muito

interessante. Eu saí durante esse ano, fiquei lá, enfim, é uma experiência muito boa. Allen, na época, estava pensando em aposentar e me chamou, em 2001, a última vez que nós estivemos na fazenda Boa Ventura, que descobrimos, que tinha se tornado um assentamento rural, as famílias muito felizes com isso e ao mesmo tempo frustradas pela ausência de um patrão, continuavam com saudade do patrão. Tanto que nós escrevemos uma coisa chamada “Saudade do patrão”. Todo mundo reclamava que democracia... Uma senhora sintetizou isso muito bem, virou para mim e disse: “Seu Carlos, democracia é uma coisa muito difícil, todo mundo manda, então falta alguém para dar ordem na gente” [risos]. Então, isso é uma frase muito interessante, sintetizava os sentimentos deles naquele momento. Esta senhora foi responsável pela tomada da fazenda. Ela que resistiu, ela liderou o movimento e dizia isso: democracia é uma coisa difícil, todo mundo manda. A gente senta para discutir e leva um dia discutindo e não resolve nada. “O patrão chegava, aqui, e dizia para a gente fazer, a gente fazia”. Então essa questão de adaptar-se a uma nova situação é muito complicada – a situação de autonomia. A mulher que liderou o movimento tinha dificuldade em se adaptar a essa nova situação de autonomia. Então foi a última vez que Allen esteve aqui, ele disse “olha, estou pensando em aposentar. Se você está interessado em passar um ano lá para a gente trabalhar na versão do livro inacabado, então esse é o momento.” Eu acabei indo para lá para passar exatamente este ano como professor visitante e assumi, ele teve licença da universidade, e eu assumi as disciplinas que ele era responsável, os cursos que ele era responsável, que eram fundamentalmente ligados à América Latina e metodologia. Essa foi uma experiência bastante enriquecedora porque me deu essa oportunidade de pensar Brasil como parte da América Latina, que a gente não pensa. É uma coisa que a gente se sente muito à parte do resto da América Latina. Então, nesse momento, eu tive essa oportunidade de dizer: puxa, como isto é uma realidade que a gente não olha do Brasil, América Latina. Eu fui olhar de fora, já em 2001, 2002. Então esse ano foi uma experiência única, de fato, e eu dei aula exatamente nessa área e Metodologia. Na época a gente estava discutindo, metodologia inovadora, baseado em uma teoria de significados e práticas, então isso foi muito interessante para os estudantes americanos que não tinham esta formação. Todos se queixavam exatamente dessa lacuna de formação, ou seja, em metodologia. Mas aí eu volto, ao mesmo tempo que Naomar, quer dizer, se tornou reitor. Quando eu voltei, ele disse: quero que você entre na equipe para colaborar. A gente é amigo desde 76, trabalha junto desde então. Eu tentei não entrar. Eu falei, olhe, Naomar, vamos fazer uma coisa, eu continuo cuidando dos

nossos trabalhos de pesquisa, e você cuida da reitoria. Em um momento, ele me chama e me diz, eu preciso de você para assumir um conselho, você é meu representante no conselho. Encontramos, casualmente, ele disse: “Preciso de você urgente para assumir um conselho, como meu representante.” Eu virei para ele e disse: “desde que não seja o conselho do Museu de Arqueologia e Etnologia, eu estou à tua disposição.” [risos]

C.C. - Era exatamente para isso.

C.S. - Ele disse: “É este.”. “Olhe, Naomar, me dá um tempo para pensar porque a briga é muito feia”. O Museu estava fechado por conta de atividades externas à universidade que foram desenvolvidas lá. Foi montada uma empresa de arqueologia, de consultoria, que vendia serviços, usando as instalações do museu, e *não* dando qualquer tipo de contribuição para a universidade, e sem a autorização da universidade.

C.C. - Mas com a participação de professores da universidade.

C.S. – Com participação de professores da universidade. Eram todos professores da universidade. E juntou um grupo grande que não era professor da universidade que trabalhava dentro do museu pela empresa, pela fundação. Era uma ONG.

C.C. - Mas eles faziam laudo, perícia?

C.S. - Laudos, perícias, levantamentos, salvamentos. A arqueologia da Bahia toda estava concentrada no museu, mas os rendimentos todos numa empresa que, enfim, não entregava... A universidade só dava o nome, não recebia qualquer tipo de retorno. E havia acusações de desvio de equipamentos, desvios de acervo, uma série de coisas assim. Então Naomar pediu para eu entrar no Conselho - o museu fechado – para poder reconstituir o museu que estava fechado. No momento que eu fui conversar com ele falei: “Olha, eu vou fazer isso, mas por pouco tempo, só para poder arrumar a situação, tal.”. Então ele me colocou a possibilidade de extinguir o museu e entregar o acervo ao Iphan. “Acho que não devemos, porque tem um trabalho todo que foi feito, tal”. Essa questão da importância que tinha o museu, tentei destacar. Continuei no Conselho, só que de repente acabou alguém tendo que assumir a direção do museu. Então ficou entre eu e um colega que também assumiu como representante do departamento de Antropologia, que é o Ordep Serra, um dos dois assumir. Eu dizendo que ele assumisse, ele dizendo que eu assumisse. Eu acabei tendo que assumir a direção do museu, em 2004. Assumi a direção do museu e tentei dar... Primeiro, acabar com todas essas pendências. Na época, eu tinha equipamentos da universidade em Porto Seguro, foi feito o trabalho de arqueologia lá, tinha um espaço em Porto Seguro com o nome da universidade

que nunca foi da universidade, e tinham pessoas trabalhando lá em nome da universidade que não tinham qualquer relação com a universidade. Então fui lá para lidar com essas questões, recuperar os equipamentos. E neste ir lá para lidar com a situação e recuperar os equipamentos, eu descobri que tinha um acervo arqueológico belíssimo, maravilhoso, com 418.000 peças, lá em Porto Seguro, que são responsabilidade da universidade, a guarda é da UFBA. Como lidar com isso? Levar para Salvador, não tinha nenhuma condição, manter em Porto Seguro, também não. Eu tentei, então, junto à prefeitura de Porto Seguro, e uma série de outras alternativas, fazer um museu em Porto Seguro. Aí, Naomar: “Vamos um museu em Porto Seguro”, daqui a pouco, “Vamos fazer um campus avançado da UFBA em Porto Seguro” [risos]. Então houve a ideia de um campus avançado da UFBA, em Porto Seguro, porque lidaria com o museu, nós teríamos formações lá, uma série de coisas assim. E nós realmente enfrentamos isso na época que só veio a ter resultados concretos agora em 2013, ano passado, com a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia.

C.C. - Você está cedido para lá?

C.S. - Estou cedido. Estou lá, por isso que eu sou morador de Porto Seguro, atualmente. Eu tenho dupla casa. No museu, o que eu tentei enfatizar foi o papel de museu, e, sobretudo, o papel de museu universitário, uma coisa que realmente eu tentei durante todo o tempo impor, que era exatamente esse papel de museu universitário e na formação dos estudantes na universidade. O museu não ser apenas objeto de apreciação por um público, que, quando eu cheguei lá diziam: “o turista, o turista, o turista”, eu digo: “Bem, primeira coisa nós vamos mudar a linguagem aqui, não vamos mais falar turista, é o visitante, e o visitante pode ser o visitante estrangeiro, o visitante de outro estado ou visitante estudante nosso, que vem para aqui fazer pesquisa.”. E a ênfase foi muito forte esses anos todos, em promover a pesquisa em Arqueologia, Etnologia e outras áreas, que nós tivéssemos competência, com participação dos nossos estudantes da área de Museologia, da área de Antropologia, da área de Sociologia e outras áreas que apareceram com frequência, participando nesses projetos que permitissem complementar a formação deles. Ou seja, criar familiaridade, ter um estágio, ter, de fato, uma experiência já precoce, futura. E hoje isso está sendo dada uma ênfase muito forte também. Eu saí em dezembro do ano passado, eu fiquei até dezembro apesar de legalmente ter me afastado em setembro, mas continuei, quando chegava em Salvador, o diretor do museu, mesmo não sendo formalmente, porque não tinha substituto, mas foi substituído por uma pessoa que realmente está dando, não só dando continuidade, mas avançando em vários

aspectos, tal, que é uma pessoa que sempre trabalhou junto comigo. Então o museu hoje tem continuidade. E a minha ênfase foi sobre tudo isso: preservar o patrimônio, mas sobretudo fazer esse patrimônio conversar, dialogar com as pessoas. Não adianta você ter um museu estático. Quando eu cheguei lá, estava fechado e as exposições totalmente sem significado. O museu estava localizado no Colégio Jesuítas. O que restou do Colégio Jesuítas, porque a parte de cima foi toda demolida, ficou apenas as fundações – isso em 1800 e... fim do século XIX, isso em 1890 e poucos. Houve um incêndio e demoliram o prédio em vez de restaurar. E os escombros foram acumulados embaixo e ficaram as fundações. Então, em 73, foi redescoberto, e foi exatamente um arquiteto, que era diretor do IPAC (Instituto Patrimônio Artístico Cultural da Bahia), Mário Mendonça. Ele descobriu a existência do museu lá quase que por acaso, quer dizer, do espaço, e restituiu todo para instalar alguma coisa, que acabou sendo o museu. O Valentin Calderón, o arqueólogo, acabou pleiteando instalar lá o museu, esse museu não aconteceu enquanto ele era vivo. Ele morreu e Pedro Agostinho acabou implantando esse museu lá. Mas é provavelmente o prédio mais antigo de Salvador, a construção de cal e pedra mais antiga de Salvador que existe, é onde o museu está localizado. Estão tentando valorizar também isso, o aspecto do patrimônio cultural que está lá, da construção, senão a mais antiga, uma das mais antigas em Salvador.

C.C. - Nessa época você está como professor, pesquisador, diretor do museu, não tinha muito o que fazer, foi ser presidente também. [risos]Sucedendo a Luís Roberto que passou por aqui alguns minutos...

C.S. - Eu sucedi Luís. Pois é, com pouca coisa para fazer, eu acabei me metendo... Aliás, não foi invenção minha, não.

C.C. - Você já participava de conselhos da ABA, há muito tempo.

C.S. - Sim, eu sempre tive. Eu me aproximei da ABA, ainda era estudante de graduação. Em 76, foi feita a quinta, sexta, não me lembro qual... Décima Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em Salvador... Décima? É a décima. Você sabe melhor do que eu. Oitava Reunião Brasileira de Antropologia foi feita em Salvador e eu era estudante de graduação, e nós tínhamos poucas pessoas para trabalhar. Pedro Thales de Azevedo na época era o presidente da ABA, Pedro Agostinho era o secretário, trabalhou com a organização e um grupo de estudantes... O secretário da reunião acabou desistindo, Vivaldo da Costa Lima, brigou com todo mundo e desistiu. Então Pedro pegou esses estudantes que trabalhavam com ele para organizarmos a RBA em Salvador. Foi uma coisa muito interessante, porque a ABA,

naquele momento, teve 100 pessoas. Teve 100 pessoas. Porque ela acabava de ser reorganizada, em Santa Catarina. Sílvio Coelho que liderou todo o movimento de reorganização da ABA, que houve toda a dispersão da ABA com a ditadura. E a segunda, depois dessa reorganização, em 74, em Santa Catarina, foi em Salvador, e foi organizado por estudantes, basicamente. Não tinha nenhum dinheiro para fazer nada. O jantar de confraternização final foi feito na casa de Thales de Azevedo. Tinha 30 ou 40 pessoas. E o total de pessoas que estavam na reunião era em torno de cem. Eram duas salas, de fato, e que tinha sessões simultâneas. E surgiam, assim, para mim – eu tinha 25 anos, carregando câmara, carregando móveis para colocar no lugar, tal, todos nós nos envolvemos nisso – surgia, assim, a possibilidade de você ter contato com pessoas que eram os nomes da antropologia na época: Galvão, Wagley. Eu apresentei o meu primeiro trabalho em grupo de trabalho, coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira [risos]. Eu sempre digo a Luís, foi seu pai... Então, Roberto Cardoso coordenando grupo de trabalho, para você vê como a coisa era. Darcy não foi, apesar de insistentemente convidado, ele se recusou a ir, não foi a RBA em Salvador. Mas tinha vários dos nomes mais importantes e outros chegantes. Por exemplo, Peter Fry, jovem Peter Fry [risos], bastante inglês naquele momento, tal, demandando, o problema de reverberação. Nós fizemos no porão, na parte baixa do Convento de Santa Teresa, que é o museu de arte sacra da universidade, então tinha um problema de som muito grande, então reverberava, quando falava – a dificuldade de acústica. E Peter gritando: “Não, tem que botar tapetes na parede toda.” A gente: “Tapetes, como? A gente não tem...” [risos]. Muito inglês. “Tapetes como? a gente não tem nada, quem dirá tapetes.” E essa reunião ocorreu lá, e realmente foi a primeira participação que eu tive na RBA, na ABA. Tomei ciência da existência da ABA naquele momento. Os meus colegas tinham ido na de 74, em Santa Catarina, que eu não fui. Aí eu me envolvi durante todo tempo em várias atividades da ABA. Pedro Agostinho foi secretário, eu ajudei muito na época, e todos nós fomos nos envolvendo. Setenta e seis, a de 78 em Recife, eu não fui, a de 80, no Rio, foi quando conheci... Já tinha conhecido, mas foi quando entreguei a Gilberto essa cópia da dissertação, e acabei me envolvendo com várias questões. Sílvio Coelho, um dia, chega para mim e diz: “Ah, a gente quer que você vá para o conselho científico”, isso no fim da década de 80. “Estou compondo uma chapa e quero que você vá para o conselho científico”, eu digo: “Mas Sílvio, não tenho...”, “Não, você vai e tal”, e me convenceu, depois diretoria, depois, conselho científico. Em 94 nós nos candidatamos a ter a RBA em Salvador, mas Niterói

também se candidatou, e nós abrimos mão, porque nós já tínhamos tido duas, de 55 e depois a de 76. Então abrimos mão para Niterói, para a Federal Fluminense. Em 96 nós fomos cobrados fazer. “Bem, vocês se candidataram e não fizeram, agora façam”. E acabou constituindo uma comissão que eu fiquei como coordenador. E na época, eu vinha tendo muito a experiência dos congressos de saúde coletiva, em que as coisas eram feitas grandes. Em Niterói, a RBA teve 500, 600 pessoas. Eu digo, bem, vamos fazer melhor. Aquela coisa de disputar com a anterior, fazer melhor que a anterior. E aí inventei fazer no centro de convenções de Salvador. Governador do estado, pede pauta, vai lá, pede de graça, acabou tendo que pagar uma parte, mas fizemos a primeira Reunião Brasileira de Antropologia no Centro de Convenções. Foram críticas imensas, que eu estava inventando coisas absurdas, RBA boa era dentro das universidades, e que eu estava inventando uma coisa totalmente absurda, para gastos da universidade, gastos da ABA. E nós tínhamos conseguido de graça, praticamente. E contratei também uma empresa de eventos para poder gerir. Resultado, apesar de todas as críticas, nós dobramos o número de pessoas que teve em Niterói. Pela primeira vez passou de mil pessoas a reunião da ABA. E teve crítica de várias pessoas, mas elogios de muitas, sobretudo com você poder lidar com espaço apropriado para evento, que você não tem que estar correndo de um canto para outro e perdido, tal. Isso foi interessante porque, a partir daí, se começou a se pensar em fazer de outra maneira. Então coordenei essa RBA, foi difícilima porque eu tinha uma resistência forte dos colegas a qualquer inovação, a comissão que trabalhava comigo, e acabou dando resultados positivos, ou seja, a RBA deu dinheiro para ABA. Terminou e sobrou dinheiro para ABA. Nós conseguimos alguns patrocínios e as inscrições... A inscrição também, como aumentou de preço, era criticada. Mas todo mundo ficou satisfeito com o material que recebeu, tal, ou seja, ganhos e perdas. Então eu coordenei essa RBA, e João Pacheco, na época, disse: “Você vai continuar no conselho, tal.”. Ele que se tornou o presidente, foi eleito em Salvador, aliás, eleito não, desculpe, ele era o presidente. E passou para o Luís Roberto, não, em Salvador, foi Mariza Corrêa, passou para Mariza Corrêa. Aí, Mariza Corrêa me pediu para continuar como consultor de evento, para ajudar para a organização do próximo, tal, que acabou não funcionando. Mas de qualquer forma, eu tive essa atuação, depois conselho científico. Aí Luís Roberto quando se candidatou a presidência, ele estava em Paris, um dia me ligou dizendo: “Olha, eu queria que você entrasse também na chapa.” Aliás, eu já tinha participado também com o Ruben Oliven, e, naquela época, nós discutimos a criação, renovação, quer

dizer, de uma reunião regional de antropologia, que era a ABANNE, ABA Norte-Nordeste. A gente expandiu um pouco isso para criar uma coisa que pegasse as fronteiras também, se tornar Reunião Equatorial de Antropologia. Eu organizaria a primeira em Salvador, mas aí foi quando eu fui para os Estados Unidos, em 2001. Eu disse: “Ruben, eu vou lhe frustrar, mas não posso deixar de ir.”, porque era o último ano que Allen estava lá, queria que eu fosse, enfim, para trabalhar nesse livro. Eu sei que não aconteceu, só veio acontecer a REA, anos depois, em Sergipe, com um organizador lá, foi um ex-aluno meu, que eu fui orientador; eu disse, eu defendo você organizar, desde que você ponha o nome REA, e a gente comece a expandir. E hoje está consolidado como REA. Acabei entrando na chapa com Luís para diretoria, participei em várias questões. Quando chegou o fim do mandato de Luís, quer dizer, tinha a alternativa: onde realizar a próxima RBA? Ninguém queria organizar. Minas não queria, Luís tentou vários, ninguém queria. Eu digo, bem, eu ofereço uma possibilidade, eu não quero fazer em Salvador, eu faço em Porto Seguro. Bem, as críticas foram fortes, foi aceito, mas as críticas foram muito fortes, porque Porto Seguro é visto como um local turístico.

C.C. – Eu estive lá nessa época.

C.S. - Você esteve nessa época? Pois é, então, as críticas foram muito fortes. Teve gente que não foi em crítica a ter sido em Porto Seguro. A reunião em Porto Seguro, claro, teve algumas dificuldades de acesso, tal, por conta de voos, uma série de coisas assim. São poucos. Mas eu acho que funcionou muito legal, funcionou bem, teve bom sucesso. Nós quebramos a barreira dos mil, foram 2400, 2.250 inscritos, uma coisa assim, entre 2.250 e 2.400 inscritos. E aí, em Porto Seguro, foi exatamente, como eu tinha organizado, Antonio Carlos de Souza Lima um dia me liga e diz: “Eu estou pondo o seu nome para ser o próximo presidente.” Eu disse: “Antonio, não faça isso que eu não tenho... Nunca pensei, nunca coloquei na minha pauta ser o próximo presidente.” “Ah, mas eu comecei a espalhar já.” E quando eu ia viajar na época para a Europa, no Rio, ele foi me encontrar no aeroporto, ele disse, olha: “Já está consolidado o seu nome”. E eu acabei me tornando o próximo presidente em Porto Seguro. Aí eu quis inovar novamente, fazendo uma reunião fora do eixo sul, levando para Belém, porque a única reunião em Belém foi frustrada. Tinha em torno de 15 pessoas, por conta do golpe militar. Não se teve dinheiro, não se teve condição, acabou sendo feita associada a outra reunião. Galvão que tentou fazer. Então resolvi levar para Belém. E em Belém, claro, tinha outras dificuldades, mas eu acho que funcionou bem também.

C.C. - Eu estive lá também. [risos]

C.S. - Você esteve lá. A única dificuldade é que nós não tivemos um centro de convenções. Eu acho que centro de convenções é perfeito para se fazer reunião. Lhe confesso, eu acho que a melhor forma de se fazer. Saí da presidência da ABA em 2010, tive um mandato mais longo, de dois anos e meio, em vez de dois anos, para poder cumprir questões legais, e Bela sucedeu. E de lá para cá, acabei me tornando representante na comissão organizadora da WCAA (World Council of Anthropological Associations). Estou até nesse momento, eu termino meu mandato, agora, em outubro. Eu vou para a reunião de Taipei e termina meu mandato. Durante esse tempo, surgiu uma coisa interessante, que foi uma proposta dentro do conselho da WCAA de se criar um *Antropólogo Sem Fronteiras*. Neste momento, eu estou de presidente [risos].

C.C. - Não vai ter uma reunião da WCAA no Brasil?

C.S. – Não, é da União Internacional de Ciências Etnológicas e Antropológicas, em Santa Catarina, em 2018. Acabei, juntamente com colegas de vários países, a gente fundou a *Antropólogos Sem Fronteiras*. Por que o nome é em português e não em inglês? Primeiro, a hegemonia inglesa. A principal defensora da criação do ASF, foi Virgínia Dominguez, que é ex-presidente da Associação Americana de Antropologia, mas nascida em Cuba. Então a proposta foi dela inicialmente. A proposta dela acompanhava outra coisa, que é, não ser sediado nos Estados Unidos, que ela acha que, de fato, essa hegemonia americana acaba dominando todo o panorama. Ela como cubana de nascimento e muito favorável que fosse fora dos Estados Unidos... Aliás, era condição para ela. E surgiram possibilidades de se fundar a ASF em alguns país como Índia, Brasil ou Irlanda, que tinham três participantes, exatamente desses três países. Fizemos uma tomada de votação e acabou sendo a preferência, 80%, foi Brasil. E coube a mim, “agora você tem a tarefa de fundar”. Hoje está registrado como uma ONG no Brasil, com a participação de vários estrangeiros. Segunda-feira, Virgínia me consultou o que eu achava de abrir já, agora, uma seção americana, uma seção na Índia, porque aí nós teríamos três seções. Tem sido lento essa coisa da expansão da ASF, sobretudo por falta de tempo da gente de cuidar da expansão.

C.C. - É recente também, você assumiu no ano passado...

C.S. – O ano passado. Foi fundado no ano passado. Nós temos hoje em torno de cem pessoas no mundo todo que se inscreveram como voluntários. Agora, nos cabe definir claramente o que esses voluntários farão. Qual o papel desses voluntários? Então, tem cerca de cem

voluntários. Nós fizemos questão de não filiar nenhuma associação, para não estar preso a uma ou outra – associação científica local, de Antropologia. Aqui, no Brasil, a ABA tem tido uma posição – A ABA, essas duas direções recentes – tem tido uma posição crítica à ASF, achando que concorre com a ABA, enquanto que na verdade não tem nenhuma concorrência. Outra dimensão, não é uma associação científica no sentido de estar promovendo eventos, mas, fundamentalmente, um cadastro de antropólogos no mundo que possam se voluntariar para oferecer serviços. Nosso modelo diferenciado, contudo, é médico sem fronteiras, é o engenheiro sem fronteiras, tradutores sem fronteiras, palhaços sem fronteiras. Você sabe que existe palhaço sem fronteiras? Existem várias organizações sem fronteiras. A ideia é ter uma organização sem fronteiras que possa efetivamente disponibilizar informação e no futuro disponibilizar... Por exemplo, eu trabalhei com grupo na Nova Guiné. Este grupo está sob ameaça, eu posso disponibilizar meus serviços para de alguma forma ajudar, sei lá, no apoio, na defesa, na consultoria antropológica, em produção de laudos. O que eu posso fazer por um grupo que eu estudei em algum momento? Ou reprodução da história dele. Por exemplo, grande parte da história de Pankararé está comigo. Tenho documentos, tenho essa coisa toda, que recorrem a mim quando precisam. Eu tenho fotografia de pessoas que eu fiz na época, que só foi feita aquela na vida toda. Então esse acervo eu tenho entregue para eles: “Olha, aqui, seu parente que você não conheceu”.

C.C. - Uma associação em rede, vamos dizer assim.

C.S. - É uma associação em rede.

C.C. - Muito mais do que uma organização. [Inaudível]

C.S. - Exatamente. Nós vão correr atrás de recurso...

C.C. – Antonio Carlos, que está virando seu...

C.S. - Com o Antonio, eu tenho um diálogo pleno. Eu acho que muda inteiramente, muda a relação. Antonio, nós já conversamos sobre isso e vai mudar inteiramente a relação. Ele compreendeu o que é.

C.C. - Mas só um pouquinho, você pulou a ABA muito rápido, mas só para comentar esses seus dois anos e quatro meses. Você foi muitas vezes a STF...

C.S. - Me tornei especialista [risos], foi Luís, o responsável. Eu entrei exatamente no momento em que Raposa Serra do Sol era assunto quente. Estava bombando, literalmente. Luís era presidente, e fui a primeira vez, exatamente, no momento em que Raposa Serra do Sol ia entrar em julgamento, então eu fui à primeira vez ao STF juntamente com o Luís e

Roque Laraia. Nós sempre levávamos Roque porque ele é nosso ícone. É realmente uma pessoa de alto prestígio, que abre portas em Brasília. Ele já ocupou vários cargos, e é reconhecido por várias razões. Então a primeira vez eu fui junto com o Luís, ainda não tinha assumido a presidência. Luís começou essa gestão junto ao STF, fomos a uma audiência com o ministro relator que era o Carlos Alberto Ayres Britto. Então fomos a essa audiência com ele, grande receptividade, ele foi, realmente, assim, entusiasta com a coisa da presença do filho de Roberto Cardoso de Oliveira, e do próprio Luís, que ele tinha lido várias coisas. Ele, o staff dele todo reconhecia os trabalhos de Luís Roberto, o trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira, essa coisa toda, e a presença de Roque também, como um exemplo do antropólogo que, hoje, para a gente, se tornou símbolo. É o presidente de honra da ABA. Essa primeira audiência com Ayres Britto foi muito interessante porque ele nos perguntou o que nós achávamos, o que nós sugeríamos, e nos pediu um texto. O Roque escreveu um texto sobre Raposa Serra do Sol, que ele incluiu no parecer dele, inteiramente. Então acompanhei, junto com Luís Roberto, todo o processo, estivemos presentes no STF todas às vezes que foi levado a julgamento. E, ao fim, no dia que de fato concluiu, eu fui cumprimentar Ayres Britto pela atuação dele, inclusive, brinquei com ele dizendo: “Nós vamos lhe dar o título de antropólogo honorário, pela sua defesa”. Realmente, ele foi brilhante. Eu acho que foi um dos processos mais interessantes...

C.C. -Tinha toda oposição dos políticos de Roraima.

C.S. - E tinha toda a oposição. Ao chegar no STF, no dia do julgamento, tinha uma bancada de Roraima e bancada de ruralistas, e tinha pessoas vestidas de arroteiros. Fizeram para a ocasião chapéus lindos, tal, todas fazendo pressão, faixas; estava difícil de entrar no STF, estava segurança muito apertada, estava cheio o salão, o tribunal. E o julgamento, de fato, foi extremamente interessante e, sobretudo, protelado algumas vezes por conta de pedido de vista. No caso do ministro, que tinha acabado de ingressar no STF, que resolveu entrar no processo também. Durou pouco tempo a presença dele, ele morreu logo a seguir. Eu não me lembro o nome dele agora, mas era um ministro bastante conservador. Enfim, acompanhei todas essas situações. Depois, teve a questão Pataxó hã-hã-hãe, a discussão do processo Pataxós hã-hã-hães, que eu várias vezes fui. Os índios me tomaram, assim, como parceiro. E eu acabei financiando, via questões em Salvador, um folheto para eles, para divulgar esse tipo de coisa assim. Não via ABA, mas via recurso próprio em Salvador. E eles tomaram como parceiro. Depois, quando eles iam fazer o lobby deles, eles me convidavam para ir junto. Eu

acompanhei, de fato, eles para agradecer a Eros Grau, para agradecer Ayres Britto, chamavam, a ABA se tornou importante para eles em termos de estar presente. E a questão quilombola. A questão quilombola foi outro processo que, de fato...

C.C. - Nesses anos teve um avanço...

C.S. - Nesses anos teve um avanço enorme, mas exigiu muito essa tentativa do lobby. Então nós fizemos, de fato, esse lobby no STF. Cada vez eu chamava um colega especialista da área para fazer o lobby. Alfredo Wagner foi comigo para a questão quilombola, José Augusto Laranjeiras, que é da Bahia, também me acompanhou na questão quilombola. A vice-presidente, Lia Zanotta Machado, também me acompanhou na questão quilombola. Então nós íamos, em geral, fazer esclarecimentos e tentar ver se os ministros, os relatores, compreendiam o problema de uma outra ótica, que era a ótica do antropólogo. Não sei se com muito sucesso, mas no caso Ayres Britto, sim. E no caso do relator do processo quilombola, da ADI, é interessante que ele inicialmente não quis conversar conosco. Marcamos, fomos para a audiência no horário, estava eu, Alfredo Wagner, que veio de Manaus, e Lia Zanotta Machado sentados esperando, ele apareceu numa porta, mandou me chamar e disse: “Eu não vou atender vocês. Eu estou sem tempo”. Tinha marcado audiência com 15 dias, um mês de antecedência, era o ministro... Aposentado também. Ele foi presidente depois. Ele chamou e disse que não podia nos atender naquele dia, o que nós queríamos tratar? Eu disse a ele, a questão da ADI e tal. Ele disse: “Isso eu já tenho meu voto pronto e não vou mudar.”. Eu disse: “Ministro, eu vou insistir, que o senhor nos atenda, nós temos algo a adicionar”, disse: “Amanhã a tal hora”, eu disse: “Bem, nós podemos, não tem jeito, nós amanhã viremos”. E fomos no outro dia. No outro dia ele nos atendeu, em pé, com pouca boa vontade. Inicialmente, me respondeu a mesma coisa do dia anterior: “O meu voto está pronto e eu não vou mudar”, eu disse: “Ministro, nós temos algo a adicionar, gostaria que o senhor nos ouvisse. Trouxe a pessoa que é especialista nessa área para que possa lhe fornecer informações.”. E Alfredo Wagner não perdeu um segundo. Começou a falar sobre a questão de maneira muito competente e a tirar livros de uma bolsa e entregar para ele [risos]. “Ministro, esse aqui trata tal, o senhor precisa ler. O senhor conhece?” Inicialmente ele disse: “Não, eu não quero os livros”, daqui a pouco, quando Alfredo falou durante dez ou quinze minutos, ele disse: “Esses livros estão aí? O que você está dizendo está nesses livros?”, Alfredo disse: “Está sim”. Ele chamou um assistente dele: “Eu quero os livros, sim”. E depois ele nos retornou agradecendo pelos livros e, infelizmente, ele não relatou porque ele foi ser

presidente e depois ele se aposentou e até hoje não entrou em pauta de novo a questão quilombola, a questão da ADI. Depois eu fui fazer também junto a outros ministros o mesmo lobby contra a ADI, pró quilombolas, tanto com quilombolas quanto com especialistas, e procurar individualmente, ministra Carmen Lúcia, o Eros Grau tinha sido procurado, mas ele também aposentou, para esclarecer para as pessoas. Na verdade, juízes, não conhecem as questões que estão lidando, muitas vezes, e por isso não tem sensibilidade para elas. O nosso papel, o papel da associação naquele momento foi exatamente estar presente e mostrar para essas pessoas que nós temos um conhecimento que eles não detêm, que nós podemos subsidiar esses pareceres, serão mais culturalmente sensíveis, mais sensíveis socialmente e mais apropriados, porque, de fato, eles acabam dando pareceres a partir da cabeça de juiz, que a gente nunca sabe o que vai sair de fato.

[FINAL DO ARQUIVO_pho_2155_carlos_soares_2014-08-05_02]

C.C. - Queria que você falasse um pouquinho mais sobre agora essa sua experiência em Porto Seguro.

C.S. - Só sobre a questão da ABA complementando. A experiência da ABA foi maravilhosa, de fato. Você pode circular e poder ver seus colegas do Brasil, jovens e velhos. Então, de fato, você tem essa oportunidade. A outra coisa foi que a ABA, em um momento, ficou sob ataque da revista Veja, foi outra questão. A Veja atacava os antropólogos, via um antropólogo que fazia denúncias contra os colegas, tal, alguns até especificamente, atacava grupos indígenas, uma série de coisas. E foi outra ação que nós tivemos que tomar. Primeiro contestá-lo, publicamente, de várias maneiras. Adverti-lo, deque estava atacando a própria associação que ele pertencia, e até consideramos entrar na justiça contra a revista Veja. Consultando advogado para isso, que seria o Paulinho, do SME, chegamos a discutir essa questão, tal, mas o que ele colocou que de fato seria um processo de anos e não sabia que resultado poderia dar, favorável a nós de alguma maneira, favorável aos antropólogos. Então foi uma preocupação muito forte a questão ética entre os antropólogos. E um momento muito interessante é quando uma comissão da Câmara dos Deputados nos convidou para discutir essa questão, com presença de quilombola, indígena, eu, um procurador e, estava presente, exatamente, quem nos atacava. Foi também... Gustavo Lins Ribeiro foi comigo, como representante da UNB, como diretor do centro na UNB. E estava presente a pessoa que

atacava os antropólogos. Fez um questionamento grande depois que nós concluimos as falas, e quando ia ser respondido, ele se retirou da sala, desapareceu, ninguém encontrou mais. Mas foi um momento também muito crítico na minha gestão na ABA, que era defender, ou evidenciar o papel dos antropólogos, como estava sendo cumprido de maneira adequada, e aquela pessoa que nos atacava, em nome de ser também antropólogo, não tinha credenciais para tal, até por sua trajetória. Foi um momento realmente muito interessante, muito importante em termos de defesa, do papel que a ABA pode exercer em defesa do próprio ofício de antropólogo e da integridade das populações que nós estudamos. Enfim, temos um papel também a cumprir nesse aspecto.

C.C. - Defesa pública da associação. Conselho de ética você está, aliás.

C.S. - Pois é, o conselho de ética, agora, eu sou membro. Sempre são os três últimos presidentes. Luís Roberto sai agora, porque ele cumpre, e entra a presidente atual, quando terminar o mandato. Em janeiro. Ele sai, entra a presidente atual, Carmen, e eu passo a presidência do conselho. Então, tenho mais dois anos a partir de janeiro como presidente do conselho.

C.C. - Interessante, são pessoas que tiveram muita experiência na associação e profissional.

C.S. - Sentimos a questão do campo e da associação, o papel da associação, dos antropólogos, tal, presidindo a associação. Eu tive a melhor compreensão que podia ter de Antropologia presidindo a associação.

[Interrupção]

C.C. - Eu tinha lhe perguntado sobre essa experiência em Porto Seguro, sul da Bahia, criando uma universidade. O governo Lula foi pródigo...

C.S. - Foi profícuo, foi pródigo, em criar a universidade.

C.C. - ...em criar universidades, então tem uma série dessas universidades novas, regionais, enfim, temáticas, em alguns casos. Como está sendo essa experiência?

C.S. - Nós tínhamos na Bahia, até dez, doze anos atrás, uma única universidade: a Universidade Federal da Bahia. Única universidade federal, as outras são estaduais, privadas e tal, faculdades privadas, centros universitários privados. Foi criada a segunda universidade há sete anos atrás, que foi um desmembramento da UFBA, da Escola de Agronomia, que virou uma Universidade Federal do Recôncavo, estabelecida em Cachoeira, Cruz das Almas, enfim, Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo, Universidade Federal do Recôncavo, que agora também está se expandindo. Foi criada uma universidade, Univasf, que Pernambuco e

Bahia, sendo que a reitoria é em Pernambuco, na região do São Francisco, Juazeiro, Petrolina, concentrado naquela área. E o déficit de universidades federais, de ensino público federal na Bahia era o maior do Brasil. Uma única universidade durante 60 anos, mais de 60 anos depois é criada a segunda. Dessa ideia de criar universidade no sul da Bahia, não é nova, nós começamos a discutir isso no Almac, o reitor atual, Almeida Filho, sendo reitor da UFBA, então nós começamos a discutir a criação dessa universidade e, finalmente, agora, no ano passado, foram criadas quatro novas universidades no Brasil, sendo duas na Bahia. Uma é desmembramento da UFBA, de um campus avançado no Oeste, que também foi criado na última década, governo Lula. Dilma, agora, criou essas duas novas, que é esta e mais a Universidade Federal do Sul da Bahia, cuja grande vantagem é ser absolutamente inexistente qualquer antecessor. Então nós estamos começando do zero, nenhum passivo. Inicialmente, o reitor atual, reitor pró-tempore que foi nomeado para constituir a universidade, Naomar, ele convidou pessoas com quem tinha experiência de trabalho, na UFBA, enquanto reitor, e convidou pessoas que concordavam, que achavam, queriam desenvolver ideias semelhantes. Que seja uma universidade que vai ter um modelo novo, que implanta um modelo novo de universidade no Brasil. Do ABC é a mais próxima que tem, do ABC começou com bacharelados interdisciplinares, tal, mas é tudo na área de ciência e tecnologia. Sendo que a nossa universidade, a Universidade Federal do Sul da Bahia, trazendo esses professores da UFBA, que estavam lá inicialmente, 22, para constituir um conselho, um CONSUNI e começar a deliberar quanto à universidade, em vez de submeter ao conselho da UFBA, que seria lento, teria toda a oposição que está lá dentro... Nós constituímos um conselho próprio. E com isso nós estamos levando todas essas ideias que há anos vem sendo desenvolvidas avante, muito rapidamente. Então o modelo da universidade é muito interessante. Primeiro ela tem três campi: Itabuna, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, e cada um desses três concentra áreas. Então o de Itabuna tem a reitoria, que por lei tem que ficar em Itabuna, e toda área de Ciências Exatas, tecnologia. Lá que se concentra a área de Ciências Agrárias e engenharias, todas as engenharias serão lá. Em Porto Seguro a área de Humanidades, Artes e Ciências Ambientais, e em Teixeira de Freitas tudo da área de saúde. Contudo, todos esses três campus vão ter as mesmas aulas, as mesmas formações, porque é um IHAC, Instituto de Humanidades, Artes e Ciência, que vai oferecer bacharelados interdisciplinares em quatro áreas: Ciências Exatas, Saúde, Humanidades e Artes. Nenhum estudante ingressa numa formação específica, ingressa no IHAC, o primeiro ano, o primeiro quadrimestre – o sistema

é quadrimestral, não é semestral, são 12 semanas de aula – e o estudante ingressa no primeiro ano e tem, exatamente, os mesmos componentes curriculares para todos. Ou seja, dá oportunidade a ele de ter uma formação comum e decidir o que ele quer exatamente. Porque a gente tem essa experiência, eu acabei de relatar a minha: comecei a estudar Direito convencido que era o que queria estudar. Aliás, Direito e Economia, estudei simultaneamente, na verdade, e acabei mudando para Antropologia. Eu tenho um filho que ia estudar Medicina, na véspera da inscrição do vestibular mudou para Engenharia Elétrica, e acabou saindo de Engenharia Elétrica para fazer Direito, e hoje é advogado. [risos]

C.C. - Mas você falou: só numa universidade nova que se pode fazer isso, porque numa universidade já com todos seus departamentos, institutos, você bagunçar, é muito mais difícil.

C.S. - Pois é, nós não temos departamentos. Foram criados institutos, quer dizer, um Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, no qual os estudantes ingressam pelo BI, para fazer o BI. Todo ingresso é via Enem. Ao fim do terceiro ano, o estudante terá decidido o que quer e ele vai para uma formação específica. Nós não chamamos de curso, chamamos de formação específica. Vou tomar Porto Seguro como exemplo. Em Porto Seguro, nós inicialmente já temos planejado, já inscritos, Direito como um curso âncora, que é necessário, lá, inclusive tem vários privados de Direito; Administração Pública, não vamos entrar em Administração privada, em Administração de Empresa; e Antropologia. Mas todos esses com alternativa de saída. Por exemplo, o estudante que entrar em Antropologia, ele pode se concentrar na área de gestão de patrimônio, Arqueologia, museus, laudos antropológicos, mas isso, na formação, ou seja, ele vai profissionalizar na formação. Ele vai ter uma base geral, já alguns componentes, disciplinas, são todas muito transversais, por isso não podemos chamar de disciplinas, são indisciplinas, na verdade. [risos] São transversais. Daí nós começamos já no segundo ano ele já vai poder fazer alguma Antropologia ou componentes ligados a Direito ou Administração, segundo ou terceiro ano, mas ele vai optar mesmo quando terminar. E vai fazer uma formação que pode ir na área de Artes, que vai ter Dança, Música, Belas Artes, pode ir na área de Artes, terminar de um ano e meio, além do bacharelado interdisciplinar, Antropologia a gente calcula pelo que nós temos hoje, em torno de dois anos, dois anos e meio além do bacharelado interdisciplinar, e Ciências Ambientais que nós vamos ter lá, que vai ter Oceanografia, já pensado Oceanografia – tem outras formações já pensadas, mas Oceanografia será um curso âncora lá. E nós estamos diversificando sobretudo para poder oferecer um leque interessante de opções para o estudante, mas sem repetir cursos que são

muito presentes na área, por exemplo, Turismo, Pedagogia, História, Geografia, esses são cursos que são oferecidos por universidades estaduais na área, então nós não precisamos preencher essa lacuna, nós concentramos em algumas questões mais específicas. Agora, o que é interessante, é que além do BI, nós oferecemos também a licenciatura interdisciplinar. Nós vamos formar professores que podem ensinar Química, Física, Matemática, que é a grande deficiência no ensino. Ou Português, e outras alternativas, História, Geografia, enfim, combinar áreas que eles possam sair, interdisciplinarmente, e poder prover necessidades que estão presentes na área e não formar especificamente em História, em Geografia, Matemática, Química, Física, que eles depois não sabem ensinar em outra área. Então esses professores meio polivalentes, podem fazer mais de uma coisa. Agora, um dos aspectos muito importantes nisso, é que além dos bacharelados e das formações, nós estamos abrindo também 36 colégios universitários. Este conceito não é novo no Brasil, mas nunca foi implantado. Anísio Teixeira, na década de 50, propôs a criação de colégios universitários. O colégio universitário tem nível de universidade, equivalente mais ou menos ao *junior college* americano, que hoje não é mais chamado de *junior college*, é *college*, mesmo. Então o estudante vai entrar nesse colégio universitário concorrendo com os estudantes do seu próprio município via Enem, Sisu, ou seja, ele não vai concorrer com estudante que vem de fora, de outro estado, de outro município. Dentro do seu município, ele vai concorrer com estudante que foi colega dele, e vai ingressar, no seu próprio município, no primeiro ano do bacharelado interdisciplinar, o equivalente ao bacharelado interdisciplinar. A mesma aula que vai ser dada no campus, vai ser dado no colégio universitário. E são 36 planejados hoje, a gente espera começar a operar em setembro agora com nove deles e, gradativamente, ir expandindo. Sendo que eles estão localizados em periferias de cidades, aldeia indígena 2, quilombo 1, assentamento rural 1. Então a gente pretende, de fato... Nós fomos calcular, nós não precisamos pensar em lei de cotas, nós vamos estar muito além da lei de cotas, porque cerca de 80% dos nossos estudantes pertencem a algum tipo de grupo excluído. Então nós não precisamos nem pensar na lei de cotas porque estamos muito avante da lei de cotas. Então esses colégios universitários, eu acho que são realmente muito importantes, porque vão nos permitir infiltrar em toda área com ensino universitário; que é exemplo de uma universidade estadual que tem em Ilhéus, que tem um curso de Medicina muito bem classificado nacionalmente e o segundo melhor no Nordeste, que raramente tem um estudante da região. Exatamente porque hoje com o Sisu todos os estudantes, de qualquer lugar podem

concorrer, então exclui o aluno da região. Óbvio que a gente não está nivelando por baixo. Nós vamos investir, inclusive, no nível médio junto com o estado, que esses colégios universitários vão funcionar dentro de escolas do estado. Uma parte reservada para a universidade, que vai ser gerida pela universidade. E isso servirá de espelho para o estudante que está lá, da sala vizinha, e que melhora sua qualidade para poder mudar de sala, ou seja, a sala da universidade. A gente espera que isso tenha um efeito muito forte, em termos de incentivar as pessoas para concorrer por melhor desempenho. E ao mesmo tempo, nós vamos começar a criar uma rede com os professores da área para melhorar a qualidade do ensino na área, via qualificação dos professores já existentes e da entrada de novos professores futuramente. Então a gente está investindo, de fato, numa região como um todo que tem quase dois milhões de habitantes, são 48 municípios, é a nossa área de abrangência, com quase dois milhões de habitantes. Que tinha a oferta de ensino universitário, o ensino superior, terceiro grau, na área, um nível baixíssimo, inacreditavelmente baixo, uma das mais baixas do Brasil. Então nós viemos suprir exatamente essa lacuna. Agora, ao mesmo tempo que nós estamos pensando esta universidade como uma universidade que ocupa uma região, a gente está projetando isso para fora. Relações com outras universidades, relações internacionais, professores estrangeiros. Estamos reservando um percentual de vagas de professores para não ocupar com concursos definitivos, mas de professores visitantes que possam vir de várias partes do Brasil, que possa fazer um ano sabático conosco, que possa vir do exterior. E ao mesmo tempo estamos implantando, não vai ser de imediato, um instituto de línguas, exatamente para que o estudante possa estudar línguas e possa estudar no exterior, possa entrar nos programas internacionais. Ou seja, uma universidade que pretende se projetar para fora da região, não quer ocupar um espaço apenas regional. Ocupar regional, sim, mas pensar global.

C.C. - Muito interessante. E você tem prazo para ficar lá?

C.S. - Eu não tenho prazo [risos]. Eu estou cedido pela UFBA e, nesse momento, eu não estou pensando em voltar. Não tem prazo, enquanto eu estiver ocupando o cargo, eu posso ficar lá. Depois, minha mulher, que é antropóloga, ela também está lá, está coordenando a implantação do BI, Licenciatura Interdisciplinar da área de Humanidades. Então nós estamos lá, os dois, mudamos, alugamos casa em Porto Seguro, a vida é maravilhosa em Porto Seguro, se você não vê a frente da cidade, que é onde se concentra o grande movimento. A cidade é muito agradável, nós moramos na parte reservada, a 300 metros de onde ocorre tudo

em Porto Seguro. Então você tem um ambiente que eu acho muito propício para desenvolvimento de atividades acadêmicas. O que faltava era o meio, que a universidade vai prover. Ao mesmo tempo a gente está conseguindo, muito bem-sucedido, em estabelecer relação com outras instituições fora do Brasil e no Brasil. Nós estamos sendo bem-sucedidos em conseguir financiamentos já antes de funcionar a universidade. Por exemplo, nós conseguimos uma parceria com a estrada de ferro Oeste – Leste, que está sendo construída, que nós vamos acolher todo acervo arqueológico que eles produziram até agora; vamos formar pessoal em Arqueologia, vamos fazer um mestrado profissional, em um ano, para ter pessoal para trabalhar nos 900 km restantes, e técnico, vamos formar em um ano esse pessoal todo, e eles vão, como retorno, construir laboratórios, reservas técnicas, um museu, que nós temos o projeto há muitos anos; comecei em 2007 com o projeto desse museu, na cidade antiga de Porto Seguro, lá em cima, eles vão bancar a construção do museu toda, para a gente acolher o material. Quer dizer, nós estamos fazendo parcerias, inclusive, com setor privado, na área, com as empresas na área. Uma das empresas de celulose doou 42 hectares para se construir o campus de Teixeira de Freitas, numa área de Floresta Atlântica muito interessante, com área já degradada que vai ser construído, o resto vai se preservado para pesquisa. A Ceplac está nos passando 100 hectares na reserva Pau Brasil, que fica em Porto Seguro, para construir o campus. Em Itabuna, a Ceplac está nos passando as instalações de laboratórios, de tudo isso. É governo federal, portanto não é fácil de fazer essa... Alguns pesquisadores da Ceplac que eram temporários, fizeram concurso, foram bem-sucedidos e vão ficar já nos laboratórios que eles trabalham na Ceplac, quer dizer, isso está funcionando muito bem. Em Porto Seguro, o governo do estado nos doou, nos passou aquele centro de convenções que você foi na reunião. Então nós hoje somos gestores do Centro de Convenções de Porto Seguro.

C.C. - Daqui a alguns anos faz outra RBA lá.

C.S. - Pois é. Não, já estou propondo [risos]. Brincam comigo que eu fiquei viciado em fazer reunião científica. A de 76 eu participei como estudante, a de 96, eu organizei completamente, aí depois vem 98, teve o V Congresso Afro-Brasileiro, que ocorreu o primeiro na década de 30, aí eu organizei em Salvador, lá no Centro de Convenções, depois Porto Seguro, depois Belém, aí brincam comigo que eu fiquei viciado em fazer eventos. Ontem... – aliás, eu tenho que ir para uma reunião hoje, uma hora, vai ter uma reunião da REA/ABANNE para decidir, enfim, essa e a próxima. Aí estavam tentando me convencer,

ontem, já de propor ser em Porto Seguro a de 2017. De certa forma eu acho que isso é interessante porque você movimenta o campo e cria oportunidades, sobretudo para os mais jovens. As reuniões, eu acho que tem essa função. Não podem ser tão intensas quanto são, porque a gente está em alguns momentos tendo reunião em excesso, e se vulgariza um pouco, se perde a qualidade, tal, pela frequência muito grande. Mas eu acho que as reuniões científicas são fundamentais para que você possa saber como está seu campo. Ver seu professor, ver o autor do livro que você leu...

C.C. - Eu tive um aluno que foi à Anpocs pela primeira vez, de graduação, que disse: “Nossa, o que eu mais gostei foi do baile, porque eu vi minha bibliografia dançando!” [risos]

C.S. – A brincadeira na Anpocs é essa, não é? Pois é, isso que aproxima muito. Teve uma influência muito forte, para mim, ter sentado a primeira vez num grupo de trabalho, fazendo uma comunicação sobre Pankararé, com o homem que eu lia, o autor que eu lia, naquele momento, para poder fazer o meu trabalho, que era Roberto Cardoso de Oliveira. A questão da “fricção interétnica”. Estava a “fricção interétnica” ao meu lado. [risos] Então eu acho que isso é muito importante, de fato, esses eventos. E eu me prometi a não fazer mais nenhum depois do de Belém, porque foi muito trabalho, realmente, a distância, eu tive que me deslocar para lá várias vezes, ficar lá dias seguidos, 15 dias. Mas agora estão me tentando fazer em Porto Seguro. “Poxa, mas você está lá com instrumento, você faz lá, tal”. Para a universidade é importante. E aí o Noamar, que é o reitor, já me colocou, disse: “Estou precisando de alguém para ser o gestor do centro de convenções, você não quer assumir?”, “Não, não quero”, “Temporariamente, você fica?”, “Eu fico”, e eu estou como gestor do centro. [risos] Lá tem vários eventos religiosos atualmente, o uso hoje é sobretudo para eventos religiosos. Tem um pouco conhecido, mas que junta 10.000 pessoas, todo ano lá, na data do descobrimento do Brasil, porque eles estão resgatando a moral da nação a partir de Porto Seguro. Porque é o lugar de nascimento, então a moral tem que ser resgata lá, chama *Resgate da Nação*. É promovido por uma igreja de Manaus, a sede é Omir, esse evento ocorre todo ano lá e tem 10.000 pessoas. Então como conciliar com este evento, por exemplo, nós estamos buscando uma forma. Eles constroem a maior tenda que eu já vi até hoje para comportar 10.000 pessoas dentro, além do centro de convenções. Esse ano a gente está dizendo, vocês têm que construir uma tenda maior, porque a gente não pode mais permitir que vocês usem da maneira que usavam. Mas nós não queremos tirar a função de centro de convenções. A ideia agora é construir o campus junto ao centro de convenções, mudar de

local, ficar com o local lá para pesquisa e construir junto do centro de convenções um terreno que já tem, degradado, todo gramado, porque aí você integraria o campus e o centro de convenções, o que é uma coisa muito boa. Estamos, sobretudo, incentivando eventos que possam visibilizar a universidade. Que possa, efetivamente, se ter conhecimento da existência da universidade lá, e que essa universidade possa a vir ocupar um espaço em alguns anos. A gente está correndo para entrar em LCT, uma série de coisas desse tipo, que é a única forma que você tem de se visibilizar-se rapidamente. Então é uma experiência muito interessante. A liderança é inconteste, do Naomar. Ele, hoje, se tornou, assim... Na época da universidade nova, como chama a renovação das universidades? Ele foi, assim, o inspirador da ideia para o ministro Haddad, partiu da UFBA. Ele começou lá e acabou inspirando toda aquela coisa de renovação da universidade, financiamentos para novas universidades e tal. E, atualmente, nós estamos nos tornando referência como um modelo novo de universidade. A última reunião que tivemos com o MEC, em Porto Seguro, eles acham, pelo menos foi discutido, que daqui para frente toda universidade vai ter que se constituir nesse modelo, toda universidade *nova*, vai ter que se constituir nesse modelo. Estamos avançando numa coisa que é uma renovação da educação no Brasil, que tem esses departamentos, essas *sinecuras*, institutos, que não permitem de fato que você possa mexer em muita coisa. Os interesses são... Nós atraímos professores de fora, com um edital, professores de várias universidades no Brasil se candidataram para redistribuição, nós tivemos 300 e poucos candidatos, selecionamos 68 que já estão lá redistribuídos, já chegando agora, ontem chegou mais um, em Porto Seguro. E fizemos concurso agora, nós tivemos 600 candidatos para 58 vagas. Ocupamos todas, mas tivemos 600 e poucos candidatos para 58 vagas. Os nossos concursos foram temáticos, não foi por disciplina, mas por temas, com pontos divulgados. O cara escolhia o que ele queria, ele dizia o que ele queria falar. Porque a gente queria ver o melhor de cada pessoa. Outra coisa, nós exigimos no concurso que a pessoa conhecesse a universidade. Tiveram que responder perguntas sobre o plano diretor da universidade, para saber no que estão entrando. Para os redistribuídos, esse edital, eles foram lá e se apresentaram como candidatos, durante uma semana no seminário, *ouviram* sobre a universidade e discutiram as suas impressões em grupo sobre as universidades, e sua adesão ou não ao modelo. Alguns disseram muito honestamente: “Não, eu não quero esse tipo de universidade, eu gosto da outra”, e permaneceram na deles. Mas muitos aderiram às ideias todas e estão contribuindo para avançar nesse sentido. Quer dizer, nós estamos com a universidade se constituindo de

maneira muito democrática. Eu fui a semana passada... A gente tem dialogado muito com a população na área. Os índios da Coroa Vermelha pediram para ir lá conversar com eles, de vez em quando pedem para ir lá esclarecer, como está, tal. Nós constituímos um conselho comunitário que tem representante indígena, quilombola, trabalhadores rurais, então o conselheiro de lá, o representante de lá pediu para ir lá conversar, e eu fui com alguns professores. E eu ouvia coisa muito importante, dizer: “Esta é a primeira vez que nós vimos tanta democracia na constituição de alguma coisa. Porque nós estamos discutindo. Vocês estão aqui dando contas a gente, ouvindo a gente, nunca tinha havido isso antes.”. Isso é muito bom de ouvir, que as pessoas sentem participes nessa situação e acabam colaborando melhor. Nós temos representantes estudantis em cada campus, do ensino médio, no conselho. Os alunos estão aderindo a ideia, que onde a gente chega para falar sobre a universidade, você tem 500, 600 pessoas para ouvir. A gente vai, frequentemente, esclarecer, dizer como está o andamento. “E quando é que o colégio universitário daqui abre?” E a gente vai responder, “agora, não, mas no futuro”, o futuro a gente tenta precisar. Tem tido uma atuação muito interessante, sobretudo, em dirigir a população, e responder as perguntas que eles têm, que normalmente nenhuma universidade é constituída assim, ou raramente é assim. Isso tem sido um bom sucesso da implantação, e eu acho que vamos funcionar bem. Espero que você vá nos visitar. [risos].

C.C. – Ótimo! Já estou empolgado...

C.S. - Quem sabe esse pessoal, hoje, me convence fazer a REA lá, e daqui a dois anos você vai para a REA.

C.C. - Bom, Carlos... Só uma pergunta que a gente sempre faz desde o início e ficou como uma curiosidade. A gente sempre pede para nosso convidado destacar um livro, alguma obra que o marcou mais. Aquela leitura, aquele livro que...

C.S. - Eu citaria duas. O que me fez antropólogo. Realmente, meu interesse por antropologia foi despertado muito forte pela leitura do *O Processo Civilizatório*, de Darcy Ribeiro. Era uma leitura obrigatória na década de 70. E ao mesmo tempo, você está lendo Roberto Cardoso, com todas as propostas teóricas que ele colocava sobre “fricção interétnica”. E acho que consolidou mesmo, a coisa mais passional da antropologia, quando eu vim a ler um livro de Colin Turnbull, chamado *Povo da montanha (The mountain people)*, sobre os pigmeus. É realmente um livro que ele escreve com toda emoção, com toda sensibilidade e tal. Eu digo: “Puxa! Uma forma de ciência que não é, necessariamente, isenta ao valor. A pessoa se

expressa também.” E muito bem escrito. Acho que foram esses dois livros. Depois toda leitura que eu vim fazer sobre questões indígenas, questões... Candomblé na Bahia, necessariamente você sendo da Bahia você tinha que ler Edison Carneiro, ler toda a produção sobre candomblé na época, sobre religiosidade afro-brasileira na Bahia. Ser baiano também, eu acho que me influenciou muito para ser antropólogo, daí meu desajuste em ser advogado, digo: “Não, não é bem o que quero, é outra coisa que possa aproximar mais das questões sociais, que você pensá-las mais efetivamente.”. Então acho que Darcy Ribeiro, a leitura do *O Processo civilizatório* foi muito interessante, porque, de fato, traça esse panorama do que foram e são as populações, o que eram na época, as populações indígenas no Brasil.

C.C. - Está ótimo, muito obrigado, Caroso, por ter cedido seu tempo aqui no meio dessa correria.

C.S. - Obrigado você.